

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

A Presidente em Vila Real Sócrates devia ter “vergonha” das promessas que fez e não cumpriu, nos mais de quatro anos de Governo.



Destaques:

PS «protegeu politicamente Vítor Constâncio» na Comissão de Inquérito

Em “Actividades do PSD”

«Já ninguém fala do Freeport. Fala-se só de Lopes da Mota. E do Eurojust...»

Em “A opinião dos Outros” (2)

“Estamos bem entregues. Lá isso estamos ... Já nem sequer escondem a gula pelo tacho”

Em “Cartas e Mensagens ao PSD”



A Presidente em Vila Real

Sócrates devia ter “vergonha” das promessas que fez e não cumpriu nos mais de quatro anos de Governo.

A presidente do PSD criticou, no dia 19, as novas promessas de apoio social anunciadas por José Sócrates, considerando que o secretário-geral do PS devia ter “vergonha” das promessas que fez e não cumpriu nos mais de quatro anos de Governo.

“Pois não só não tem vergonha como ainda por cima agora anuncia outras tantas promessas para depois não cumprir caso ganhe as eleições”, afirmou Manuela Ferreira Leite, que falava no decorrer na Festa de Verão do PSD de Vila Real.

José Sócrates, falando como secretário-geral do PS, tinha afirmado no sábado, que o programa eleitoral do seu partido vai incluir um novo subsídio para as famílias abaixo do limiar da pobreza e o reforço da rede de cuidados continuados.

Hoje, a líder social-democrata enumerou as “promessas e mais promessas” feitas por José Sócrates na anterior campanha eleitoral.

“Pois ainda o governo não acabou esta legislatura e já está neste momento a fazer promessas e mais promessas para o próximo Governo, caso o engenheiro Sócrates ganhe as eleições”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite diz que Sócrates faz promessas “todos os dias”, anunciando que “vai dar isto a este grupo e mais aquilo ao outro grupo”.

“Eu apenas me limito a pensar naquilo que ele disse antes das eleições e que nada fez. Porque é que eu neste momento hei-de acreditar naquilo que ele está a prometer para depois”, sublinhou.

Para a líder do PSD, “se houvesse alguma ponta de vergonha naquilo que os políticos não devem fazer, esta devia ser uma delas”.

Ferreira Leite esteve na festa de apresentação dos candidatos às 14 câmaras do distrito de Vila Real.

O palco escolhido foi o Parque das Romanas, em Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar), onde também Francisco Sá Carneiro participou, há muitos anos, numa festa semelhante. O dia escolhido foi 19 de Julho, data em que Sá Carneiro faria 75 anos se fosse vivo e em que Aníbal Cavaco Silva ganhou a primeira maioria absoluta.

A actual líder do PSD fez questão de homenagear o poder local, os autarcas, tanto presidentes de câmara como de juntas, que são, segundo salientou, aqueles que mais próximos, melhor conhecem e mais ajudam as populações locais.

O PSD quer reforçar a sua força em Vila Real, aumentando o número de presidências de câmara, que actualmente é de nove das 14 do distrito.

Para o efeito, aposta na recandidatura dos actuais presidentes de câmara como Manuel Martins (Vila Real), Francisco Tavares (Valpaços), Domingos Dias (Vila



Pouca de Aguiar, Fernando Campos (Boticas), João Batista (Chaves), Marco Teixeira (Chaves), Agostinho Pinto (Ribeira de Pena) e Nuno Gonçalves (Régua).

Apenas o presidente da Câmara de Mondim de Basto, Pinto de Moura, optou por não se recandidatar, sendo substituído pelo actual vereador Francisco Ribeiro.

Em Sabrosa, Milcíades Carvalho, antigo presidente de câmara pelo PS, vai liderar a coligação PSD-CDS/PP, e, em Alijó, foi renovada a coligação que volta a ser encabelada por Miguel Rodrigues.

A aposta do partido para Montalegre recaiu sobre um jovem de 27 anos, Duarte Gonçalves, e, em Murça, o candidato do PSD é Paulo Calvão.

Segundo as contas da distrital do PSD, mais de 2000 simpatizantes e militantes participaram na festa do partido.

O olhar do correspondente do “Povo Livre” sobre a presença da nossa Presidente na Festa das Romanas, em Pedras Salgadas

Manuela Ferreira Leite presidiu, no passado domingo, 19 de Julho, à apresentação dos candidatos autárquicos do distrito de Vila Real, na tradicional Festa das Romanas, em Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar).

19 de Julho era a data de aniversário de Francisco Sá Carneiro, e neste domín-

sublinhou, na pessoa dos 14 candidatos às Câmaras Municipais, a consideração merecida a todos os candidatos às autarquias locais, e designadamente aos presidentes e membros das Juntas de Freguesia.

Marcaram também presença o Vice-Presidente do PSD, Rui Rio, o Secretário-Geral, Luís Marques Guedes e o Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Pedro Rodrigues.

Durante o dia passaram pelas ruas de Pedras Salgadas e pelo palco da Festa Grupos de Bombos, de Gaiteiros, de Cantares e Ranchos Folclóricos de toda a região, animando as centenas de famílias presentes.

A JSD distrital assegurou, com o seu bar, o combate à sede e ao calor, e juventude não faltou para dar à Festa uma marca de futuro, de energia e de esperança.

A abertura das intervenções, com uma mensagem de boas vindas, foi feita pelo Presidente da Secção de Vila Pouca de Aguiar, Alberto Machado, após o que se seguiu a intervenção do líder nacional da JSD, Pedro Rodrigues.

Um a um, e sob forte aplauso dos militantes e simpatizantes presentes, subiram então ao palco os 14 candidatos às Câmaras Municipais do Distrito de Vila Real. Miguel Rodrigues em Alijó (coligação com o CDS-PP), Fernando Campos em Boticas, João Batista em Chaves, Marco Teixeira da Silva em Mesão Frio, Francisco Ribeiro em Mondim de Basto, Duarte Gonçalves em Montalegre, Paulo Calvão em Murça, Nuno Gonçalves em Peso da Régua, Agostinho Pinto em Ribeira de Pena, o independente Milcíades de Carvalho em Sabrosa (coligação com CDS-PP), Rafael Feliciano em Santa Marta de Penaguião, Francisco Tavares em Valpaços, Domingos Dias, em Vila Pouca de Aguiar e Manuel Martins em Vila Real, serão os candidatos que liderarão mais uma campanha autárquica em que o reforço do número de câmaras





municipais e de juntas de freguesia no distrito, do número votos e do número mandatos são os objectivos de vitória a atingir.

Após a apresentação usou da palavra o Presidente da Comissão Política Distrital de Vila Real, Domingos Dias, que agradecendo a presença da líder do Partido e dos candidatos às câmaras começou por lembrar que “Aqui se recordam os grandes momentos do nosso Partido e das suas lideranças, com especial destaque para o ano em que, ainda no início da nossa democracia, Francisco Sá Carneiro aqui esteve e, em todos os que tiveram a felicidade de aqui vir, poder criar uma empatia e espontânea ligação que os tornaria militantes apaixonados, calorosos e dedicados do nosso partido, fazendo com que até aos dias de hoje esse momento seja como que a revitalização para os combates que se nos apresentam todos os dias. Como V^a Ex.^a, também Sá Carneiro nos soube fazer acreditar que valia a pena lutar pela dignidade humana e que a verdade sempre derrotará a mentira.”

Fazendo apelo à unidade, à verdade e à vontade de mudança que se presente no país, Domingos Dias reiterou ser “fundamental que este distrito faça ouvir a sua voz e diga a todo o País que a discriminação, pobreza, abandono, desertificação, falta de cuidados de saúde capazes, falta de apoios sociais, falta de infra-estruturas fundamentais, perseguição política, que a administração central socialista, comandada por José Sócrates, aqui teima em aplicar, se estenderão como um mal a todo o País, que necessita urgentemente de outra política. Não podemos aceitar este continuar de esvaziamento de serviços, de encerramentos contínuos, de despovoamento deliberado e sistemático sem que o PSD seja uma voz activa, denunciando esses males e o perigo que constituem para o equilíbrio Nacional e, consequentemente, para o desenvolvimento e qualidade de vida de todos nós.”

Realçando a qualidade das apostas do partido nas candidaturas autárquicas o Presidente da Distrital afirmou que “os

nossos Presidentes às autarquias recandidatados são a prova cabal do bom exercício do poder em prol das populações e garantia de um futuro melhor para os nossos filhos e netos. Temos muito orgulho em todos quantos vão lutar para conquistar as poucas câmaras socialistas do distrito ou para manter onde não se recandidata o actual Presidente. Sabemos que são os melhores e mais bem posicionados para vencer, mas acima de tudo sabemos que lutarão sempre pelo interesse de quem representam e nunca pelos interesses pessoais e mesquinhos de quem procura delapidar o erário público.”

Perpassando pelo resultado eleitoral do distrito nas recentes eleições europeias, em que “de distrito onde há mais de vinte anos não vencia eleições europeias passou para o mais votado do continente, logo a seguir à Madeira”, Domingos Dias re-

forçou a opção estratégica do partido no distrito para as legislativas e autárquicas, de que só com “trabalho, transparência, militância e verdade do que fazemos e dizemos, poderemos manter esta linha de vitória e olhar os objectivos traçados como perfeitamente alcançáveis. Por isso a indicação que fizemos no momento oportuno, respeitando integralmente as orientações nacionais do Partido e sem sobressaltos ou ansiedade, leva-nos a acreditar que teremos uma estrondosa vitória no dia 27 de Setembro, ajudando com todas as nossas forças a colocar V.^a Ex.^a como Primeira-ministra deste País.”

Manuela Ferreira Leite encerrou as intervenções referindo sentir-se bem em Vila Real e enaltecendo os transmontanos, “gente acolhedora, extremamente trabalhadora, muito empenhada e sempre defensora dos seus princípios e dos seus

valores”.

Com um forte discurso de apoio ao poder local e a todos os autarcas do PSD e que com o PSD se aliam para lutar em prol da qualidade de vida das populações locais a líder do partido reforçou a importância do seu papel de proximidade aos problemas no actual contexto de crise que o país atravessa, enaltecendo o enorme esforço e dedicação dos presidentes e membros das Juntas de Freguesia.

Seguidamente, denunciou a irresponsabilidade e o eleitoralismo de José Sócrates e do Partido Socialista, que terminam o seu mandato sem cumprir as promessas feitas em 2005 e, sem ponta de vergonha, já se lançam em novas promessas que sabem que não poderiam cumprir caso ganhassem as eleições, dado o estado de endividamento e de excesso de despesismo público em que deixam o país. “Espero bem que o povo português entenda que não pode voltar a votar em quem o enganou e em quem sabe que não fala verdade”, afirmou Manuela Ferreira Leite.

Reafirmando a sua crença em que a situação do país “não é uma fatalidade”, em que “Portugal não tem que ficar irremediavelmente pobre, pois o que tem tido é políticas erradas” a líder do Partido reiterou a denúncia dos investimentos públicos desfasados da realidade e das necessidades do país.

Com a ideia de que ainda “é possível transformar Portugal” a líder do partido apelou a que todos os militantes e simpatizantes do PSD “lutem pela melhoria do país e pelo prestígio do Partido” tendo consciência do exemplo que o PSD deve dar para se poder constituir credor da confiança de um eleitorado que nem sempre terá votado PSD e em relação a quem o PSD deve ser um referencial de verdade, seriedade e credibilidade.

Rodeada de um povo de verdade, Manuela Ferreira Leite percorreu o recinto cumprimentando os apoiantes e recebendo estímulos de força e de esperança para as campanhas que se avizinham.

À saída, já no automóvel, interpelada por um pai que, há 33 anos, naquele





mesmo local recebera um abraço de Sá Carneiro, Manuela Ferreira Leite cumprimentou os seus filhos de 9 e 6 anos, como símbolo da esperança num Portugal com futuro, com um Futuro de Verdade.

Mais 'fora' "Portugal de Verdade"

O PSD promove mais uma sessão do "Fórum Portugal de Verdade", com o objectivo de recolher contributos para o seu programa eleitoral, desta vez sobre o estado da saúde no país.

"Saúde: cuidados para todos" foi o tema desta sessão.

Além da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, participam na reunião, num hotel de Lisboa, António Lobo Ferreira (presidente do Conselho de Administração do Hospital de São João), Elisabete Mota Faria (Bastonaária da Ordem dos Farmacêuticos), Isabel Vaz (Presidente da Comissão Executiva da Espírito Santo Saúde).

Luís Filipe Pereira (ex-Ministro da Saúde), Manuel Antunes (professor universitário), Maria Augusta de Sousa (Bastonaária da Ordem dos Enfermeiros), Pedro Lopes (presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares) e Pedro Nunes (Bastonaário da Ordem dos Médicos), foram outros dos participantes no encontro.

A direcção social-democrata agendou para o mês passado e o actual, uma segunda ronda de sessões temáticas do seu "Fórum Portugal de Verdade", desta vez à porta fechada, das quais se comprometeu a retirar conclusões para o seu programa eleitoral.

O programa eleitoral do PSD deverá estar concluído no final de Julho.

O fórum seguinte, teve o objectivo de recolher contributos para o programa eleitoral, desta vez sobre a pobreza e a solidariedade.

"Velhos e novos pobres: solidariedade a quem precisa" foi o tema desta sessão do "Portugal de Verdade".

Além da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, participam na reunião, num hotel de Lisboa, Rodrigo Prazeres, da Associação CAIS, Ana Maria Ramalheira, da Associação de Defesa e Apoio da Vida (APAV), e André Costa Jorge, da organização Serviço Jesuítas aos Refugiados.

Rita Valadas e José Cordeiro, da Cáritas Portuguesa, Fernando Castro, da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), e Manuel Lemos,



da União das Misericórdias Portuguesas, são outros dos participantes no encontro.

Bons instrumentos de apoio social

A presidente do PSD, falando a imprensa durante o intervalo deste fórum, desta vez dedicada ao tema "Velhos e novos pobres: solidariedade a quem precisa" considerou que existem bons instrumentos de apoio social em Portugal, mas que o actual Governo falha em aplicá-los com eficácia, sendo essa uma tarefa essencial do próximo executivo. "Estamos hoje a tratar neste fórum um tema muito importante. Há mais de um ano que eu tenho vindo a manifestar preocupações nesta matéria", começou por afirmar.

"Introduzi este tema na discussão política, porque há mais de um ano que me apercebi que íamos entrar numa situação de emergência social e que era fundamen-

tal o apoio do Estado nestas matérias", acrescentou a presidente do PSD.

Em seguida, Manuela Ferreira Leite relatou que a "principal preocupação" dos participantes no encontro de hoje sobre pobreza e solidariedade é que "existem instrumentos de apoio, mas alguns deles aplicados com pouca eficácia".

Essa preocupação expressa corresponde ao que, no seu entender, "é verdadeiramente o papel do Governo nestas matérias", referiu a presidente do PSD.

"É ao Governo que compete, perante os instrumentos, melhorar os seus efeitos, com melhor coordenação dos diferentes ministérios, com uma melhor organização dos próprios serviços de apoio", defendeu, apontando a necessidade de "fiscalização, maior regulação, maior controlo e mais coordenação entre os diferentes ministérios".

"Tudo isso são questões que eu considero que estão a falhar por parte deste Governo. É um papel essencial para o

próximo Governo melhorar a eficácia destes instrumentos que são fundamentais numa época de emergência social nos encontramos", concluiu.

A presidente do PSD resumiu que leva como contributos desta reunião "que existem instrumentos bons, do ponto de vista conceptual, para apoio aos mais desfavorecidos" e que "a principal falha está na forma como eles são aplicados".

O Rendimento Social de Inserção, "por exemplo, é um dos instrumentos que, evidentemente, não se põem em causa, mas que deverão ser melhorados em termos de benefícios às populações", exemplificou.

"Uma maior eficácia não significa reduzir os encargos, significa que os encargos sejam melhor aplicados e que as pessoas beneficiem deles de uma forma mais concreta", ressaltou Manuela Ferreira Leite.

- Fontes e fotos: Lusa, TVI, TSF, arquivo PL





A actual legislatura foi “perdida, ou mesmo de retrocesso”, no plano do combate à corrupção

O PSD considerou que a actual legislatura foi “perdida ou mesmo de retrocesso” no plano do combate à corrupção, defendendo a necessidade de serem colocados em prática os “controles que devem existir” para a evitar.

“Este estudo confirma que esta foi uma legislatura perdida ou mesmo de retrocesso no combate à corrupção (...) Se fosse um balanço não poderia ser mais negativo porque realmente mostra que a situação a que se chega no final da legislatura é que há muito por fazer”, disse o vice-presidente do PSD Paulo Mota Pinto, em declarações à agência Lusa.

Num estudo hoje conhecido, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), liderado pelo presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d’Oliveira Martins, aponta a contratação pública e a concessão de benefícios públicos como áreas que contêm riscos elevados de corrupção.

Para o dirigente social-democrata, o estudo “veio confirmar que há muito por fazer no plano das práticas, por exemplo a avaliação e gestão dos riscos”.

“Não é só uma questão de legislação, mas sobretudo de implementação da colocação em prática dos controles que devem existir. Este relatório mostra que nem há um plano de ataque, gestão. Há muito por fazer no plano das melhores práticas no sentido de os funcionários serem informados dos limites da sua conduta,



no plano de saber onde há maiores riscos de corrupção e o que se pode fazer para mitigar esses riscos”, considerou.

Paulo Mota Pinto lembrou que o PSD “propôs em devido tempo um conjunto de medidas” para reforçar o combate à corrupção e que “mesmo no PS houve quem propusesse” medidas semelhantes.

“Se isto surgisse no início da legislatura dir-se-ia que era um plano para o que falta fazer. Assim, é um diagnóstico claro do que falta fazer, que é muito (...) O essencial ficou por fazer”, salientou.

PSD volta a defender intervenção no BPP



O PSD voltou hoje a defender a intervenção do Estado no BPP, considerando que o pedido de substituição do presidente do conselho de administração da instituição é “sintomático” da situação que aí se vive.

“Devia haver qualquer intervenção do próprio Estado na instituição”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa, numa reacção ao pedido de substituição apresentado sexta-feira ao Banco de Portugal pelo presidente do conselho de administração do BPP.

Contactado pela Lusa, Hugo Velosa defendeu que “não deixa de ser sintomático” que a nomeação feita pelo próprio Banco de Portugal de Fernando Adão da Fonseca “não tenha resolvido os problemas do banco”.

Por outro lado, acrescentou, se a actual administração “apesar dos esforços não conseguiu resolver os problemas ou viu negado qualquer apoio às soluções apresentadas”, a responsabilidade “recai agora sobre o próprio Banco de Portugal”.

Segundo fontes dos clientes do BPP, Adão da Fonseca apresentou o pedido na sexta-feira ao Banco de Portugal, estando agora à espera de ser substituído.

Ainda de acordo com as mesmas fontes, Adão da Fonseca pediu para ser substituído “uma vez que já apresentou diversos planos de viabilidade para o banco e para resolver os problemas dos clientes e nenhum foi aceite”.

A 1 Dezembro de 2008 o Banco de Portugal nomeou para o BPP uma administração provisória, liderada por Fernando Adão da Fonseca, para acompanhar um plano de salvamento da instituição, que inclui um empréstimo negociado junto de seis outros bancos portugueses, no valor de 450 milhões de euros.

Pedro Duarte denuncia “a obstinação e a arrogância” do primeiro-ministro na questão da avaliação dos professores

O PSD considera que o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) sobre o modelo de avaliação de desempenho dos professores denuncia “a obstinação e a arrogância” do primeiro-ministro em impor outro modelo.

O social-democrata Pedro Duarte disse à Lusa que o relatório apresentado pela equipa da OCDE, na presença da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, “não é elogioso para o Governo”, criticando José Sócrates por não ter “dado ouvidos à oposição em Novembro”.

“O PSD tem vindo a defender que o modelo que o Governo quer impor, com uma fortíssima componente interna de trabalho e burocracia dentro das escolas, não serve. E reiteramos que nenhum modelo de avaliação terá sucesso se não



contar com a motivação e com o envolvimento dos professores”, afirmou, vincando que “o Governo fez precisamente o contrário”.

O deputado lembrou que que o Governo pretendeu “impor um modelo contra os professores, hostilizand-os e até agredindo-os do ponto de vista verbal, colocando em causa o seu brio profissional”.

Por isso, Pedro Duarte expressou a satisfação do PSD pelas conclusões do relatório elaborado pelos peritos da OCDE, particularmente na progressão na carreira, mas lamentou que “se tenha perdido todo este tempo”.

“Se tivéssemos um novo modelo em Novembro passado, teria havido tempo para, neste ano lectivo, termos

uma avaliação de professores eficaz e consequente. Infelizmente, o relatório da OCDE peca um pouco por ser estéril, na medida em que o próximo Governo poderá alterar profundamente e substituir este modelo de avaliação de professores”, acrescentou.

O relatório da OCDE, que estudou o modelo de avaliação de desempenho dos professores adoptado pelo Governo, recomenda que a avaliação para progressão na carreira seja feita com um avaliador externo à escola, com base em critérios a nível nacional.

Os peritos identificaram também “duas grandes tensões no sistema”, estando a primeira relacionada com as funções de melhoria e de prestação de contas e a outra com o facto de haver uma avaliação ao nível das escolas e ao mesmo tempo a necessidade de assegurar que não há contrastes a nível nacional.

Os especialistas defendem, porém, que o facto de o Governo ter aplicado um regime de avaliação de desempenho é positivo.

As conclusões do estudo apontam para a manutenção do processo de avaliação docente “durante a fase de transição para um modelo mais robusto”.

Aguiar Branco remete questões constitucionais para a data do respectivo debate

O vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco escusou-se a tomar posição sobre a proposta do PSD/Madeira para que a Constituição proíba o comunismo (enquanto ideologia extremista, não domo Partido Democrático), remetendo esse debate para o momento da revisão constitucional.

Questionado pelos jornalistas sobre a ideia defendida pelo presidente do PSD/Madeira e do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, Aguiar Branco afirmou quatro vezes que haverá um momento para se discutir a revisão





constitucional.

“Julgo que isso se insere na questão da revisão constitucional. Esta legislatura vai ter um momento para se discutir a revisão constitucional. Nessa altura com certeza o PSD terá uma posição sobre a revisão constitucional”, começou por responder o dirigente social-democrata, que falava num hotel de Lisboa, no intervalo de uma sessão do “Fórum Portugal de Verdade”.

Instado a esclarecer qual é a posição oficial do PSD sobre a proposta de proibição do comunismo, Aguiar Branco repetiu que “esta legislatura tem um momento para discussão da revisão constitucional, é uma revisão ordinária que tem necessariamente que acontecer”.

“Nessa altura o partido discutirá aquilo que deve ser o sentido de uma revisão constitucional. Não vale a pena estar agora a antecipar o debate que se fará”, considerou.

Nesse momento, “o PSD terá as posições sobre todas as matérias que na revisão constitucional devem ser tratadas”, acrescentou.

Interrogado se a direcção do PSD não tem ainda uma posição sobre a proibição ou não do comunismo na Constituição, Aguiar Branco reclamou já ter respondido a esta questão. “Eu acho que fui muito claro”, rematou.

PSD aponta que Vítor Constâncio admitiu que “não houve consolidação orçamental” em 2008

O PSD disse na semana passada, que Vítor Constâncio admitiu que “não houve consolidação orçamental” em 2008 e acusou o Governo de “não ter estratégia para sair da crise” nem resposta para um eventual “processo por défice excessivo” da Comissão Europeia.

Em declarações aos jornalistas no final de uma audição do governador do Banco de Portugal na comissão de Orçamento e Finanças e comentando o boletim económico divulgado pelo banco central, o deputado do PSD Miguel Frasquilho afirmou que o país vive actualmente “uma situação económica muito difícil”.

“O governador referiu aqui [na comissão] que não antevê antes de 2011 nenhuma recuperação e portanto Portugal irá sair mais tarde da crise que os outros países europeus e isso configura uma situação muito problemática em termos de criação de emprego”, referiu o deputado social-democrata.

Segundo Frasquilho, Vítor Constâncio “também referiu que é muito provável que se possa chegar aos dois dígitos no que toca ao desemprego”, uma situação que disse ser “histórica em Portugal e não pelos bons motivos”.

“Temos consciência de que estamos perante uma crise orçamental muito grave, foi o próprio governador que disse também, as palavras não são minhas, que não houve consolidação orçamental em 2008 e em 2009 e 2010 o défice a que se chegará será pior que o de 2005, os progressos foram muito maus nesta matéria



e eu temo que na próxima legislatura os portugueses sejam confrontados com uma crise orçamental de dimensões muito graves”, declarou, acrescentando que “o Governo não dá nenhuma resposta para esta situação”.

“Se formos confrontados com a instauração de um processo por défice excessivo por parte da Comissão Europeia, qual é a estratégia para sairmos dessa situação, que impacto é que isso terá na economia, no crescimento económico e no emprego? Isso não sabemos, porque o Governo não tem nenhuma estratégia para sair da crise”, considerou Miguel Frasquilho.

O PIB deverá contrair-se 3,5 por cento este ano, anunciou hoje o Banco de Portugal, mantendo a previsão que havia realizado em Abril, e apontando também para uma quebra de 0,6 por cento da actividade económica em 2010.

O mesmo documento prevê uma diminuição do emprego de 2,6 por cento em 2009, seguida de uma nova redução do nível do emprego de 1,5 por cento em 2010.

Questionado pelos jornalistas sobre se Portugal já “bateu no fundo” no que toca à crise, o deputado do PSD disse que “saber se o país bateu ou não no fundo não é particularmente relevante” e que se de facto o país “já bateu no fundo não sairá do fundo tão rapidamente como seria desejável”.

“Vamos levar uns bons anos a recuperar e é essa a situação que mais nos preocupa porque do ponto de vista social isso vai afectar muita gente”, concluiu.

“Confissão do desastre que foi a política educativa” do Governo

O PSD reagiu no dia 16, ao anúncio da prorrogação do regime simplificado da avaliação de desempenho dos professores, considerando que se trata “de uma confissão do desastre que foi a política educativa” do Governo.

Em declarações à Agência Lusa, o deputado social-democrata Pedro Duarte salientou que, ao contrário do que preten-

dia, o Governo não conseguiu impor qualquer avaliação de desempenho dos professores e que a decisão hoje anunciada pela ministra da Educação “é uma medida que tem uma natureza eleitoralista”.

“Evidencia que o Governo tentou transmitir uma imagem de coragem e reformismo mas, afinal, o que teve foi conflitualidade e arrogância. O que vale a pena perguntar é para que foram estes três anos de instabilidade e clima de guerrilha”, questionou o deputado do PSD.

A ministra da Educação anunciou hoje a prorrogação do regime simplificado da avaliação de desempenho dos professores em termos idênticos ao aplicado este ano, porque neste momento seria “a solução mais adequada”, adiando para a próxima legislatura a aprovação de alterações ao modelo original.

PS «protegeu politicamente Vítor Constâncio» na Comissão de Inquérito

O deputado do PSD Hugo Velosa acusou o PS de ter protegido politicamente Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, bem como o Governo socialista, ao longo dos trabalhos da comissão de inquérito ao BPN.

“O PS protegeu o Banco de Portugal e o seu Governo”, afirmou o deputado social-democrata, acrescentando que “infelizmente, a comissão de inquérito concluiu sem fundamento que a nacionalização foi a melhor opção, só com base na visão do Governo”.

“Há uma clara protecção política do governador do Banco de Portugal, numa tentativa de branqueamento da actuação da supervisão”, disse, reforçando que “para o PS todos falharam menos a supervisão”.

“O Banco de Portugal falhou no BPN, pela sua passividade, resignação, ingenuidade, e mais, pela conivência com Oliveira e Costa. Esta situação é grave”, sustentou.

“Só há uma conclusão: houve falha grave da supervisão”, acrescentou o deputado, apontando para “a negligência grosseira” exemplificada pelo facto de “só seis anos depois do negócio da venda da Fincor [é que o regulador] pediu os documentos que deviam ter sido pedidos”.

“O primeiro a tomar a iniciativa nesta matéria foi o Dr. Miguel Cadilhe, e só depois o Banco de Portugal”, comentou.

“Há muitos factos que o PS não quis integrar no relatório final”, acusou Hugo Velosa, dizendo que a defesa da tese de que “a nacionalização era a única solução não convence o PSD, nem convence ninguém”.

“Foi uma decisão tomada sem ter em conta a análise aos custos de nacionalização e não se pode dizer que era a única solução. Teixeira dos Santos disse na comissão que a hipótese apresentada por Miguel Cadilhe era negociável. Então porque é que o Governo não a considerou?”, questionou.

“Porque já tinha a decisão tomada”, respondeu o próprio Hugo Velosa, que

disse que a comissão, “apesar de tudo, teve coisas boas, indicando o que é necessário fazer para que estas situações de supervisão não voltem a acontecer”.

“A população pôde seguir os trabalhos da comissão e não há dúvidas que o Parlamento foi prestigiado”, considerou o deputado do PSD.

“O PS impôs o seu relatório, esquecendo os problemas relacionados com o levantamento do sigilo bancário, bem como o ataque de Vítor Constâncio à comissão quando foi ouvido”, acrescentou.

“Foi pena que o PS tivesse impedido outro resultado”, concluiu Hugo Velosa.

O presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro (IFSC), Alexandre Relvas, considerou hoje que “só a desorientação crescente” do Governo o pode ter levado a comentar um “documento interno” do IFSC sobre saúde, feito “para debate”.

Numa declaração à agência Lusa, Alexandre Relvas afirmou que os documentos que o IFSC publica na sua página da Internet, “no seguimento de reflexões” que promove sobre vários temas, são “documentos internos, que, naturalmente, não comprometem e que podem não traduzir a opinião da direcção do PSD e da sua líder”.

Por isso, no entender do social-democrata, “só a desorientação crescente justifica que agora o governo passe a debater os documentos” divulgados pelo IFSC na sua página da Internet “e que a imprensa tem vindo a transcrever”.

Alexandre Relvas reagiu desta forma a declarações feitas hoje pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, que, baseando-se num documento do IFSC, sustentou que a política de saúde da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, seria “um desastre” para a maioria dos portugueses e representaria o fim do Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal e tendencialmente gratuito.

“Registo com satisfação o interesse do governo nos documentos internos do IFSC”, começou por observar Alexandre Relvas.

O social-democrata referiu depois que “neste momento o PSD realiza um trabalho de reflexão em várias frentes” - o “Fórum Portugal de Verdade”, o Gabinete de Estudos e o IFSC - do qual vão resultar contributos para o programa eleitoral social-democrata.

“Essas reflexões têm dado origem a múltiplos documentos para debate, como este, sobre saúde”, prosseguiu Alexandre Relvas.

“Já que o Governo se interessou por este documento sobre saúde, valia a pena que também comentasse as referências que o mesmo faz às situações inaceitáveis que vivem as centenas de milhar de portugueses que esperam consultas e intervenções cirúrgicas, especialmente as oncológicas, em que um dia pode ser a diferença entre a vida e a morte”, acrescentou.

“Convido-o também a comentar a situação das centenas de milhar de portugueses que não têm médico de família. Valeria também a pena ouvir o Governo sobre as profundas assimetrias de acesso a cuidados de saúde entre pobres e ricos e portugueses do litoral e do interior”, concluiu o presidente do IFSC. - Fontes: Lusa e Povo Livre



Intervenção Deputado Fernando Antunes Petição nº 430/X 3 de Julho de 2009

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A Petição nº 430/X traz-nos um tema que faz parte intrínseca e permanente das preocupações das famílias portuguesas que vivem com preocupação este desafio geracional de compatibilização da sua responsabilidade familiar com os seus horários de trabalho.

O PSD exprime aos peticionários o enorme sentido de justiça pelo extraordinário movimento de solidariedade nacional que representam e saúda-os pelas propostas que aqui trazem e que pretendem transmitir à Assembleia da República e ao Governo que as Instituições Particulares de Solidariedade Social são essenciais para a concretização do papel do Estado no apoio à família e ao ajustar social das comunidades.

Sem elas o Estado seria completamente impotente e os flagelos do abandono, da fome e da solidão seriam devastadores face à realidade económico-social do nosso País, agora agravada por uma crise que atinge drasticamente milhares de famílias



portuguesas às quais

Faltam, em muitos casos, meios para garantir compromissos assumidos, para acompanhar e cuidar dos filhos ou apoiar

os mais idosos no seu caminhar de isolamento que faz da sua solidão a razão do seu maior sofrimento.

O Governo devia respeitar e valorizar muito mais o seu trabalho, reforçar-lhes os apoios e fazer delas parceiros privilegiados. É tudo isso que o governo não faz!

A motivação desta petição entronca na falácia socialista de que a escola a tempo inteiro resolve os problemas dos pais e mães que, felizmente com emprego têm também felizmente filhos pequenos em idade escolar.

Essa escola a tempo inteiro só pode existir na cabeça imaginativa de uma Ministra da Educação que acha que fez, nesta legislatura, grandes reformas na educação.

A senhora ministra esquece que foi a protagonista, pela negativa, da transformação da Escola pública no maior foco de instabilidade para professores, alunos e famílias.

O PSD entende que o prolongamento do horário escolar nas escolas do 1º ciclo com actividades de enriquecimento até às 17,30h, teve medidas muito positivas

mas chamar-lhe escola a tempo inteiro é desconhecer o dia a dia que atormenta as famílias que saem de casa bem antes das nove e chegam tarde e a más horas.

O PSD acompanha a preocupação implícita nesta petição subscrita por muitas IPSS portuguesas já que a política seguida e articulada entre o Ministério da Educação e o Ministério do trabalho, tem vindo pouco a pouco a destruir toda uma estrutura de apoio às crianças e às famílias, consolidada no terreno com os ATL- Actividades dos tempos livres.

É uma perda efectiva para o País destruir uma estrutura que promove actividades de enriquecimento curricular a tempo inteiro e que é uma contribuição efectiva da sociedade civil.

E é também mais um passo da teia centralizadora que tanto apaixona este governo.

O PSD saúda aqui as IPSS portuguesas lembrando que são fundamentais para a promoção das políticas sociais de apoio às populações e neste contexto, às crianças portuguesas.

Disse

Cartas e Mensagens ao PSD



As “verdades” de Elisa Ferreira

Elisa Ferreira foi, recentemente, eleita deputada no Parlamento Europeu pelo Partido Socialista.

Até aqui nada de especial. Contudo, a mesma socialista – deixemo-nos dessa história de “independentes” – é, simultaneamente, candidata e cabeça de lista à Câmara do Porto.

Esta situação tem levantado polémica nas hostes socialistas.

A candidata à Câmara do Porto e deputada europeia afirmou à comunicação social que, abandonará o cargo de eurodeputada se ganhar as eleições para a autarquia portuense.

Não é “se for eleita”. É se for eleita presidente de Câmara.

À SIC disse, na manhã do passado dia 10, que não tinha dúvidas em renunciar o cargo no Parlamento Europeu se “vencer as eleições no Porto”.

E não teve pejo nenhum – ou deixou escapar a “verdade” ... - de afirmar perante as câmaras televisivas que, se não vencer, o lugar de vereadora na oposição não lhe interessa porque “não é remunerado”.

E disse-o claramente.

Aqui está o verdadeiro espírito defensor do Povo de muitos dos nossos políticos.

Primeiro os seus interesses pessoais, depois os interesses do partido e no último dos últimos uma nesga no interesse e respeito pelo povo eleitor.

É esta gente que nos governa e que define os nossos destinos.

Estamos bem entregues. Lá isso estamos ...

Já nem sequer escondem a gula pelo tacho .

Já nem têm vergonha!!!!

Sou um “velho” de 57 anos e apoiei, como militar o golpe do 25 de Abril.

Agora, sou eu que começo a ter vergonha. - Correspondente identificado

Afirmações no “País do faz-de-conta”

O ministro da Economia, Teixeira dos Santos, assegurou, que os apoios às pequenas e médias “vão continuar”

Para o ministro “a crise vai continuar a fazer sentir os seus efeitos durante algum tempo e nós temos que continuar a resistir e a sobreviver, pelo que o Estado deve manter estes apoios”

Para Teixeira dos Santos, «qualquer alívio poderia ser fonte de problemas acrescidos para o nosso tecido empresarial», nestes «tempos de resistência e de sobrevivência» nos quais a «excelência é indispensável».

Em nota conclusiva, Teixeira dos Santos diz : «estes apoios são importantes e decisivos, independentemente da crise, para reforçar a competitividade das empresas e a sua vocação internacional, uma aposta fundamental que é uma prioridade para o Governo»,

Bem! Vamos lá ver se eu entendo.

Mas que apoio às pequenas e médias empresas foi, ou é, dado?

Mas onde é que está esse apoio?

Como é que foi, ou é, feito?

Em que moldes?

Eu dou-vos um exemplo que conheço.

Um conhecido meu quis montar uma pequena empresa. Recorreu à banca para pedir esse tal empréstimo com o apoio (???) governamental.

Depois da entidade bancária ter exigido mil e um documentos, avalistas e mais avalistas, foi-lhe dito que como a empresa é nova não tem histórico. Por isso, tinha de esperar cerca de três anos para que o empréstimo lhe fosse concedido.

Perante este facto este meu conhecido retorquiu: “então como avanço com a empresa”.

Resposta rápida: “com dinheiro próprio!”

Claro que este meu conhecido não possui dinheiro próprio suficiente para avançar com o projecto, caso contrário não teria recorrido à banca.

Mesmo nos casos de empresas já existentes, e que atravessam momentos de “aflição” financeira, a banca não lhe concede empréstimos pela situação da empresa.

A banca só empresta um “chouriço” se lhe derem um “porco gordo” como garantia.

Esta é que é a verdade.

Os grandes grupos económicos – esses – não têm qualquer dificuldade em financiamento.

“Tempos de resistência e de sobrevivência” – diz o ministro. Assim?

Poucos dos pequenos, ou médios, sobreviverão e resistirão... - Correspondente identificado.

A opinião dos outros (1)

Justiça minada e afogada

João César das Neves (*)

O Estado da Justiça gera grave preocupação em todos os diagnósticos da situação portuguesa. Esses diagnósticos têm razão mas, em geral, falham o alvo.

A censura começa por ser mais severa que a realidade. Os nossos tribunais não são suspeitos de corrupção, displicência ou enviezamento. Apenas lentidão. Não temos uma justiça distorcida, mas demorada. Esse atraso é muito nocivo, mas não devastador. Além disso muitas críticas provêm de alguns processos mediáticos que correram muito mal. Mas os casos que interessam os jornais não retractam fielmente o conjunto judiciário. Como de costume, as queixas e lamentos lusos ultrapassam as falhas reais.

Apesar disso há fortes razões de preocupação, mas por motivos diferentes dos geralmente invocados. Pode falar-se de ineficiência nos procedimentos, interferências políticas e bloqueios corporativos, mas todas essas explicações não só são demasiado fracas para justificar a situação, mas existiam já em épocas passadas sem as falhas actuais. O problema está noutro lado como o revelam factos curiosos.

É frequente um tribunal recém-inaugurado fechar as portas por inundação de processos. A sociedade abusa do mecanismo judicial e conflitos antes resolúveis em família ou por conversas acabam na barra. Sinal equivalente vem da usurpação dos media, blogs e discussões de ca-fé, que assumem poderes de juiz. A opinião pública habituou-se a condenar displicentemente e sem apelo, com base em análises vagas, testemunhos parciais, deliberação apressada.

A Justiça é o sector mais ligado ao estado da civilização, à atitude social básica. Por aí passam as patologias de uma época, revelam-se os desequilíbrios e clivagens da personalidade colectiva. É nos traços profundos da nossa identidade que devemos procurar as origens dos bloqueios. A sociedade está desconfiada, queixosa, quezilenta. Aí se encontra a causa real dos males. O atraso judicial é mero sintoma da depressão nacional.

Há muito que forças poderosas estão abertamente empenhadas em desmantelar as tradicionais colunas da moral nacional. Discursos políticos e desenhos animados, relatórios de peritos, revistas da moda e programas humorísticos desdenham da ética e propõem a transgressão sem vergonha. Em nome da liberdade, progresso e dinamismo atacam-se os valores que nos orientam há séculos. A religião é obsoleta, a família tacanha, a ética ridícula. Por interesses comerciais, fidelidades ideológicas ou simples divertimento mediático é costume hoje, não só desprezar a honestidade e seriedade, mas exaltar o atrevimento e a rebeldia. Não admira a crise na Justiça.

Os valores continuam respeitados na vida pessoal dos cidadãos e nos pronunciamentos oficiais, até porque é

impossível viver sem eles. Mas isso passa-se à margem da cultura dominante, que recomenda arbitrariedade e atrevimento. Aí poucos princípios são sagrados, fora da ecologia, tabaco e trânsito. Pode dizer-se que os nossos antepassados eram mesquinhos e as suas regras abafadas, mas nós substituímo-las pela confusão, desmantelando as referências em nome da autonomia. Se ninguém sabe qual a Justiça que tem de seguir, é normal que a Justiça não funcione.

Pior ainda, quando a ética recua avança a lei. Subsistimos no meio de um indescritível matagal regulamentar, numa inimaginável profusão de decretos e portarias. Tudo é regulado ao pormenor e vigiado por multidão de fiscais e polícias que domina cada aspecto da vida.



Não confiamos nos vizinhos e por isso amarramo-nos a todos com leis. Esta enxurrada legal revela a tolice e delírio de um sistema doente, mas não envergonha governantes e legisladores. Como pode a Justiça funcionar?

Há 1500 anos um bispo africano descreveu bem a atitude básica da nossa vida pública: “Os homens sem esperança, quanto menos preocupados estão com os seus pecados, tanto mais curiosos são sobre os pecados alheios. Não procuram corrigir, mas criticar. E, como não podem escusar-se a si mesmos, estão sempre prontos para acusar os outros.” (S. Agostinho, Sermão 19, 2 CCL 41, 252).

- (*) Professor Universitário, escritor e jornalista

A opinião dos Outros (2)

«Alegações finais...»

Mário Crespo (*)



Já ninguém fala do Freeport. Fala-se só de Lopes da Mota. E do Eurojust. Que a maior parte de nós não fazia ideia de que existia. A alegada culpa de tudo (dos flamingos desalojados ao centro comercial na Rede Natura) foi de Lopes da Mota. De mais ninguém. Actuou, alegadamente, por si. Foi, por si, sub-repticiamente, ao centro de uma investigação do mais melindroso que Portugal já viu, falou com investigadores, sensibilizou-os para o melindre político, e fez tudo isto por sua iniciativa. Não foi dar sermões alegadamente encomendados. É verdade que se reuniu formalmente com o ministro da Justiça (várias vezes). Mas não falaram do Freeport. É verdade que, noutra encarnação, Lopes da Mota foi

colega num alegado governo do mesmo primeiro-ministro que o nomeou para o Eurojust e a quem compete demiti-lo por alegado abuso de confiança, levado aos alegados limites.

O mesmo primeiro-ministro que, embora não conste do processo Freeport, é o alegado centro do “chamado caso Freeport” (que é como a Procuradoria-Geral se lhe refere nos seus comunicados). Mas Lopes da Mota não falou do Freeport com Sócrates. Nem com Alberto Martins. Chegou alegadamente a Lisboa e foi a correr para um alegado almoço com os procuradores que investigam o Freeport. Aí, confirma que falou muito do caso Freeport. Alertou, avisou, admoestou, sugeriu, insinuou e aconselhou, mas foi tudo lavra sua.

Não tinha nem mandato nem mandado. Alegou, exemplificou e declarou, mas por si só. Feita a solitária peregrinação ao santuário jurídico-formal, regressou à sua torre de marfim em Haia, onde, inspirado em Baruch Espinoza, continuou a filosofar sobre o direito e a ponderar sobre os convenientes e inconvenientes dos prazos de prescrição de alegados crimes cometidos por alegados criminosos. Sozinho no estrangeiro, estas coisas ganham um carácter obsessivo. Lopes da Mota foi levado por isso e foi fazendo telefonemas para os investigadores repetindo as prevenções, recordando pormenores, arguindo com novos sinais, alvitando, tentando induzir e inspirar titulares da acção penal para os imensos melindres

de toda esta urdidura. E fez sempre tudo por si. Alegadamente sozinho. Com a sua imensa ciência jurídica, a sua prodigiosa intuição política e a sua sensibilidade única para os problemas nacionais, que lhe vinha dos tempos de Felgueiras.

Como fez tudo sozinho, tem de pagar exemplarmente por este excesso de zelo. Só ele é que é o culpado. De tudo. Este foi o alegado crime alegadamente mais importante de todo este alegado processo. Em termos da importância da alegada responsabilidade penal primeiro vêm os alegados crimes das alegadas fugas de informação, depois os alegados abusadores da alegada liberdade de expressão (todos eles alegados travestis de alegado jornalismo) e por último, mas não em último, Lopes da Mota.

O primeiro-ministro, alegadamente nada tem a ver com o Freeport, tanto que alegadamente não consta do alegado processo e nem sequer conhece o alegado Charles Smith, embora o primo ache que sim. O ministro da Justiça nada tem a ver com o caso, ele que desde Macau, alegadamente, não contacta com nenhum juiz. Portanto, Lopes da Mota está condenado a ser o bode alegadamente expiatório. Para o país é tudo uma questão de fé. Acreditem os crentes e os crédulos. O valor supremo é a presunção da alegada inocência. Alega-se, logo existe. E, se se queixarem ao presidente, levam com um processo em cima. E se duvidarem, levam com um processo em baixo!

- (*) Jornalista, escritor, ensaísta. ©JN



A opinião dos outros (3)

Alegre não concorda com a política de Sócrates. Naturalmente, não quer ser Deputado

José Pacheco Pereira (*)

Manuel Alegre tem recusado ser deputado do PS, considerando que as suas divergências tornam incompatível a sua participação na campanha pelo PS de Sócrates. E pretende participar no debate público com liberdade e, por isso, sai do parlamento sem dramas. Faz bem, mostra desapego face ao poder e dá uma lição a todos que consideram que o lugar de deputado é uma espécie de direito natural que está antes das ideias e posições.

Seria bom que no PS e no PSD se seguisse esse exemplo sem nenhum drama. Só quem pensa a política como emprego ou carreira é que considera que existe um direito natural a ser deputado apenas porque se é membro, conhecido ou não, de um partido político. O correlativo desta maneira de ver as coisas é a ideia de que só se “faz política” se se tiver um cargo político, seja por eleição, seja por nomeação.

Como é que alguém que acha que está tudo mal na direcção do seu partido e na sua política pode fazer uma campanha de boa fé por essa direcção e essa política que vai a votos? Ainda mais quando o seu próprio lugar vai estar assegurado não pelo seu mérito individual, mas por uma escolha intra-partidária, à boleia de uma política com que não se concorda. Seria bom acabar nos partidos com as ideias de “carreira” em que todos os pretextos são bons para se ser deputado ou voltar a ser deputado, mais pelo cargo do que pelas políticas, muitas vezes com reserva mental sobre os cenários pós-eleitorais e não sobre o mérito do combate eleitoral em si mesmo. Mais uma vez é o lugar e o emprego que contam e não a política.

A ideia de que as listas são representação interior dos grupos e facções também tem pouco sentido, particularmente quando esses grupos e facções não tem

qualquer consistência ideológica representando apenas um agregado de interesses internos e externos. Que Sócrates convide Alegre, compreende-se porque alarga para fora, para o país, porque Alegre significa alguma coisa fora do PS. Mas, mesmo assim, como Alegre percebeu, o convite era envenenado porque o PS precisa de maximizar os votos mas engoliria, na campanha as suas posições. A não ser que a campanha se transformasse numa cacofonia total, não são as listas de deputados o mostruário da pluralidade interna, mas sim a participação livre dos membros dos partidos no debate público sem drama interno.

Claro que, a votos, não vão apenas as direcções e a sua política, embora esse seja um elemento decisivo em qualquer escrutínio, mas vão também os partidos, com o seu património, história escrita e não escrita, e mesmo “camisola”. Mas



todo esse combate político pode ser feito em muito lado, como era suposto ser o normal e o dominante: e não é. Haveria mais vida cívica e esta seria mais sadia se os partidos não se tivessem transformado em máquinas de puro poder assentes em cargos e carreira e não na expressão das “partes” da opinião e dos legítimos interesses a ela associados. - (*) Professor Universitário, historiador, comentarista

Local

Notícias da Madeira

Proposta de Revisão Constitucional para 2010, está a ser discutida

O grupo parlamentar do PSD/Madeira formalizou na semana passada, a entrega na Assembleia Legislativa da proposta de revisão constitucional de 2010, que está a ser discutida hoje, em plenário, com a presença de Alberto João Jardim.

A proposta foi apresentada em forma de projecto de resolução e sustenta que “depois de 35 anos de democracia e 32 de autonomia regional, chegou a hora de fazer uma reavaliação global acerca do funcionamento do sistema político constitucional português em relação às Regiões Autónomas e, em particular, à Madeira”.

Acrescenta que “o tempo tem vindo a dar razão aos que defendem uma radical mutação das disposições constitucionais de concretização dos poderes regionais, as quais têm sido interpretadas e aplicadas de um modo contrário ao seu espírito”.

Adianta ainda a proposta que as disposições constitucionais têm sido objecto de “intervenções centralizadoras e estatistas que reduzem drasticamente e ilegalmente a margem de liberdade que é imperioso reconhecer aos povos regionais”.



O PSD/M propõe nos diferentes capítulos desta proposta a possibilidade de criação de partidos regionais e candidaturas independentes às eleições legislativas regionais, a ampliação do poder legislativo regional, a remodelação do regime de referendo regional, a extinção do cargo de Representante da República e a reconfiguração dos órgãos de governo regional.

O partido sustenta ser “incompreensível” a proibição de haver partidos regionais, considerando que “reforçam

a democracia partidária no sentido de definir uma linha de acção autónoma em relação às forças partidárias nacionais.

A ampliação do poder legislativo nacional é apontada como a alteração constitucional de “maior magnitude”, criticando o PSD/M as “intervenções centralizadoras e estatizantes do Tribunal Constitucional”.

Os sociais-democratas garantem que as alterações sugeridas visam “clarificar a amplitude das competências regionais,

diminuindo as implícitas que o TC tem atribuído ao Estado no campo das matérias reservadas aos órgãos de soberania”.

Consideram também que o regime adoptado para a realização do referendo regional “não corresponde minimamente às exigências de operacionalidade”, visto que esta consulta não é convocada pelos órgãos da região, mas pelo Presidente da República, e incide apenas sobre assuntos de carácter regional.

A proposta reforça igualmente a antiga aspiração de extinguir o cargo de Representante da República, figura que, dizem, tem sido fonte de “enormes equívocos e conflitos políticos e jurídicos”, realçando que as Regiões Autónomas não precisam de um “vigilante especial da ortodoxia constitucional do Estado”.

No capítulo da reconfiguração dos órgãos de governo regional, o PSD/M propõe a criação da figura de Presidente da Região Autónoma, responsável que acumularia a posição de chefe do Governo Regional, com a faculdade de nomear e exonerar os membros do executivo.

A proposta final, depois do debate e análise do parlamento madeirense, será enviada à Assembleia da República. - CPR/Madeira

Notícias de Aveiro

Inovação, resposta aos problemas do sector da cerâmica

A Câmara Municipal de Aveiro realizou o Seminário “É a Inovação, a solução para o Sector da Indústria da Cerâmica?”, ontem, no Pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Este seminário, promovido no âmbito do Programa URBACT e pelo Município de Aveiro, fez parte integrante da segunda Reunião de trabalho da rede temática “UNIC – Urban Network for Innovation in Ceramics”, que inclui, entre outras, as seguintes cidades europeias: Limoges (França), Stoke-on-Trent (Reino Unido), Faenza (Itália), Castellon (Espanha), Pécs (Hungria) e Delft (Holanda). Este encontro terá início no dia 20 de Julho, na Universidade de Aveiro.

A participação de Aveiro nesta rede surgiu na sequência do reconhecimento de que o cluster da Cerâmica de Aveiro e da região alargada do Baixo Vouga, está neste momento a passar por um grande desafio, resultado da internacionalização dos mercados e da evolução tecnológica na área da cerâmica. Neste período de transição e adaptação é muito importante que os actores relevantes possam, através de actividades de promoção empresarial e de Inovação&Desenvolvimento, potenciar as indústrias da região permitindo-lhes ser competitivas no mercado global.

Este será o grande desafio deste projecto, ainda que o mesmo abarque uma outra área extremamente importante no contexto local, que é da preservação da identidade cultural ligada ao Cluster da Cerâmica.

Esta rede irá trabalhar em conjunto na realização de Planos de Acção para cada uma das cidades, que irão versar as seguintes temáticas: Promoção da Inovação; Fortalecimento da Indústria (em que Aveiro é líder deste grupo temático) e Integração Urbana. Importa salientar que, em Aveiro, o Plano de Acção Local será desenvolvido por um Grupo de Acção Local onde irão participar, entre outras, as seguintes entidades: CCDR-Centro, Universidade de Aveiro, AIDA, CICECO, IEFP e APICER.

A Câmara Municipal de Aveiro realiza as Comemorações do Dia das Cidades Irmãs e Amigas de Aveiro que se realizarão no próximo sábado, dia 25 de Julho, das 11.00 às 12.30 horas, com início na Praça da República.

Integrado no programa das Comemorações Aveiro 250 Anos, decorrerá o Dia das Cidades Irmãs e Amigas de Aveiro com a realização da Cerimónia Oficial pelas 11.15 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde será entregue a Medalha de Ouro



do Município de Aveiro ao Município de Viana do Castelo, por ocasião dos 100 anos de amizade que unem ambas as cidades. Antes da cerimónia haverá o Hastear das Bandeiras frente aos Paços do Concelho e foto de família, às 11.00 horas.

Pelas 12.00 horas, será plantada uma árvore na Rua de Viana do Castelo, símbolo de fraternidade e homenagem ao passado comum trilhado entre Aveiro e as cidades irmãs e amigas. Por fim, vai ser inaugurada uma Exposição, patente na Galeria da Antiga Capitania sobre algumas das nossas cidades geminadas e

amigas, intitulada “Aveiro Internacional” apresentando aos Aveirenses e demais visitantes uma mostra da sua actualidade, com uma nota especial sobre as geminações. Os objectivos gerais são a promoção das referidas cidades e o estímulo a uma tomada de consciência sobre o papel das geminações enquanto instrumento de participação e diálogo entre os povos. A mostra estará patente até 30 de Agosto na Galeria da Antiga Capitania (Edifício Sede da Assembleia Municipal), podendo ser visitada de terça-feira a domingo, das 14.00 às 19.00 horas. - CM Aveiro

Notícias de Braga

Coligação apresentou equipa de Cristina Palhares a Lamas:

A Coligação “Juntos por Braga” visitou a Freguesia de Lamas. Na companhia da candidata à Junta de Freguesia, Cristina Palhares, bem como dos candidatos às Juntas vizinhas de Penso Sto. Estêvão, Escudeiros e Esporões, foram diagnosticados problemas e apontadas soluções com vista à melhoria das condições de vida da população.

Na visita à igreja de Lamas, o candidato da Coligação à presidência da C.M. de Braga, Ricardo Rio, não deixou de expressar a admiração pelos que “tão abnegadamente se empenharam no esforço de construção da nova igreja. O vosso exemplo só vem provar que a força da sociedade civil bracarense não merece reparos, embora alguns insistam em ignorá-la”.

Infelizmente, mesmo ao lado, encontra-se a “nova” capela mortuária, cujas características e exiguidade de espaço se mostram completamente desadequadas às exigências do quotidiano. Situação tanto mais grave quanto ter originado

que as cerimónias fúnebres sejam ainda direccionadas para a antiga Igreja, pelo que este equipamento nunca foi utilizado e carece de uma total reformulação.

Património Orgulha Freguesia

Num circuito que não esqueceu as manifestações culturais da freguesia, o líder da Coligação enalteceu o esforço de preservação do património de Lamas, cujo exemplo mais conhecido é o da “Mamoá de Lamas”. Ainda assim, não hesitou em juntar-se ao clamor de Cristina Palhares pela premente articulação com espaços semelhantes em outras Freguesias, no sentido da afirmação de roteiros turísticos planificados e atractivos, que mais reforcem a sua divulgação.

Neste contexto foi ainda aventada a hipótese de criação de um Centro Interpretativo, veículo preferencial de divulgação dos usos e costumes de uma freguesia com história.



No que respeita a equipamentos de desporto e lazer, a escassez junta-se ao mau aproveitamento das infra-estruturas existentes, de que são exemplos claros a piscina e o ringue desportivo, ambos descobertos e, por essa razão, não permitindo

a sua utilização ininterrupta.

Peões em Perigoso Tabuleiro

Uma das maiores preocupações expressa ao longo da visita, prende-se com a inexistência de passeadeiras ao longo do traçado da EN 309 que atravessa a freguesia. Numa via muito movimentada, uma tal insuficiência constitui uma fonte de perigos nada negligenciável, pelo que o rápido suprimento daquela é um imperativo moral de qualquer actor político com responsabilidades executivas.

Ainda no capítulo das acessibilidades para peões, o manifesto défice de passeios pedonais nesse local é outro sério problema que a candidata à Junta de Freguesia prometeu não esquecer enquanto não houver no horizonte uma solução definitiva.

Também os automobilistas sofrem com a falta de condições de segurança. A rotunda imediatamente anterior ao



viaduto que atravessa a auto-estrada A11, em plena EN 309, carece de uma reformulação técnica que obrigue à desaceleração dos veículos na aproximação àquela, o que hoje em dia não acontece.

Por seu lado, a Rua de Sto. António continua sem condições para o trânsito de veículos pesados, onde se incluem obviamente os transportes públicos, o que merece o estudo de soluções alternativas.

Jardim de Infância atesta falta de planeamento na Gestão Autárquica

O Jardim de Infância da Freguesia reflecte na perfeição os erros de uma gestão não planeada e sem os olhos postos nas pessoas. Com apenas 4 alunos, o estabelecimento de ensino padece de uma maior utilização e optimização de recursos, o que só pode ser conseguido com uma estratégia de planeamento na distribuição das crianças que tenha em linha de conta as infra-estruturas já existentes em Freguesias vizinhas.

Numa outra vertente do apoio social, a necessidade de aposta nas habitações a custos controlados foi marcada como prioritária por ambos os candidatos.

Jantar Marca Ponto de Arranque da Lamas de Futuro

Com a presença de várias dezenas de simpatizantes, amigos e familiares, Cristina Palhares teve um início festivo nas lides de campanha.

Numa candidatura com uma forte presença da juventude, as palavras de Hugo Soares ressoaram com significado: “a presença desta moldura humana não é apenas um sinal, mas já uma certeza de que o futuro de Lamas já está em marcha”.

Uma palavra de estímulo foi ainda endereçada para as mulheres da lista que “não obedeceram a quota alguma que não a da sua intrínseca qualidade”.

Sobre as eleições para o Município, o Presidente da JSD de Braga alertou os presentes para o momento decisivo por que passamos para exortar todos a “votarem na mudança e a levar outros a fazerem-no, pelo bem de todos os Bracarenses”.

O líder da “Jota” salientou ainda a excepcional qualidade da lista que “consegue combinar o respeito pela tradição com a exigência de modernidade”.

João Granja, Presidente da CPS de Braga do PSD compartilhou a estranheza que sente por, nos vários anos que leva como deputado municipal, nunca ter ouvido “uma só palavra do Presidente de Junta de Lamas na Assembleia Municipal”.

Afirmando peremptoriamente que, finalmente, “os Bracarenses entendem ter uma alternativa credível”, o líder do PSD ligou esse facto às políticas positivas assumidas pela Coligação, às inúmeras propostas apresentadas, em suma, a uma “oposição que não olha pelo retrovisor”.

Educação, Educação, Educação

Professora com reconhecido currículo de profissão, Cristina Palhares não deixou os seus créditos por mãos alheias, não tendo dúvidas em considerar esta uma candidatura sólida, credível e arrojada, em sintonia, aliás, com os propósitos e objectivos da candidatura à Câmara Municipal.

Elencado as 3 grandes preocupações da sua campanha “educação, educação e educação”, a candidata desdobrou o conceito nas várias vertentes que ele pode assumir.

A aposta no apoio aos segmentos populacionais entre os 0 e os 3 anos de idade e, bem assim, aos mais idosos têm papel de destaque.

O fomento do empreendedorismo jovem através da “dinamização da Associação Desportiva, Recreativa Cultural, completamente defunta”, lança as bases para um programa que inclui também a criação de trilhos de BTT e de manutenção física, não esquecendo a já referida requalificação da piscina e do ringue desportivo.

Assumindo a credibilidade e honestidade da proposta feita aos eleitores, Cristina Palhares promete ainda a profusão de pequenas medidas de apoio à difusão da sociedade de informação, nomeadamente através da melhor gestão do espaço internet.

O ordenamento urbanístico e o respeito pelo ambiente serão causas acerrimamente defendidas por uma candidatura “tolerante mas firme”, sempre pela positiva.

A Dois Meses e Meio da Mudança

Elogiando a coragem e a determinação com que os vários elementos da lista se propõem disputar as próximas eleições, Ricardo Rio assinalou a linha de rigor, de credibilidade e de persistência que unifica as diferentes candidaturas da Coligação “Juntos por Braga” e que dão “continuidade a um passado que a todos orgulha”, saudando um dos primeiros Vereadores do CDS/PP na CMB, Engº Alfredo Franklim Marques, presente neste jantar.

A nível local, para lá de enunciar o seu apoio às áreas prioritárias de intervenção da candidatura da Coligação, Ricardo Rio defendeu que “o actual Presidente de Junta é uma pessoa séria e trabalhadora. Mas, como outros, parece saturado da função que ocupa e já é tempo de Lamas ter um Presidente que centre as suas preocupações na Freguesia e não nos cargos que um dia, se calhar nunca, poderá vir a ocupar na Praça do Município”.

Lamentando a total falta de visão estratégica da gestão obsoleta da Câmara Municipal, que condena não só a actual geração de Bracarenses, mas também as vindouras, Rio deixou a reflexão: “o que seria dos 2.500 Bracarenses licenciados, mas desempregados, se na presidência da Autarquia tivéssemos alguém com uma clara ideia de uma Braga de futuro?”

Sublinhando as prioridades da Coligação – empregabilidade, educação, cultura, habitação, apoio social e espaços verdes e bem-estar – o candidato à presidência da autarquia não deixou de reafirmar o compromisso com todos os bracarenses quanto às propostas que tem apresentado: “Queremos fazer. Sabemos fazer. Vamos fazer!”.

“É tempo de, juntos, trabalharmos por Lamas, por Braga e pelos Bracarenses”, concluiu.

Perfil

Cristina Palhares, natural do Porto, é casada e tem dois filhos, sendo professora de profissão, candidatando-se pela primeira vez a cargos autárquicos. - Gab. Imp. Coligação



Sobre a terceira auto-estrada Lisboa/Porto, a “auto-estrada cor-de-rosa”

A Assembleia Distrital de Leiria do PSD, com todas as Comissões Políticas Concelhias, a JSD, os Trabalhadores Sociais-Democratas e os Autarcas Sociais-Democratas, deliberou por unanimidade tornar público o seguinte comunicado:

O Partido Social Democrata (PSD) do Distrito de Leiria ao tomar conhecimento de recente posição pública subscrita pelo presidente da Federação do Partido Socialista e adjunto do Governador Civil do Distrito de Leiria, João Paulo Pedrosa, a pretexto das concessões rodoviárias privadas na região vem nesta ocasião esclarecer que:

1. O Partido Socialista Distrital e o seu líder João Paulo Pedrosa que nos últimos quatro anos nunca disseram uma palavra sobre as principais necessidades rodoviárias dos concelhos do norte do Distrito de Leiria, desta feita, mesmo a despropósito e com manifesta ignorância, vieram a público acusar o PSD de eventuais contradições sobre a designada concessão do Pinhal Interior.

Pois bem, importa esclarecer que não há qualquer contradição entre o que diz o PSD na Assembleia da República e o que dizem e querem os Autarcas e o PSD no Distrito.

E o que diz o PSD e têm sido reafirmado pela sua líder é que não é necessária uma terceira auto-estrada entre Lisboa e Porto. E de facto não é, nem sequer é o que sempre esteve previsto no Plano Rodoviário Nacional, aprovado na sua versão actual pelo governo socialista de António Guterres.

2. O que sempre defenderam os Autarcas do Norte do Distrito de Leiria e o PSD é o que é preciso para esta região: a urgente construção do IC3 e o IC8. Leia-se o Itinerário Complementar 3 e itinerário complementar 8. Como o Presidente da Federação Distrital do PS tinha a obrigação de saber é que o conceito de



IC é diferente de IP e muito diferente de uma auto-estrada.

Este Governo e também alguns Socialistas do Distrito confundem a propaganda com os interesses das populações, procurando assim esconder a verdade.

Na realidade, como eles bem sabem, o que está em causa é um negócio de muitos milhões e não a resolução imediata dos problemas de acessibilidades no Distrito. Prometem novas rodovias, mas na prática limitam-se a concessionar a privados a construção e exploração não só das auto-estradas, IP(s) e IC(s), recebem milhões à cabeça e as futuras gerações ficam a pagar estes investimentos a partir de 2013 e durante 50 anos.

É verdadeiramente um time-sharing “cor-de-rosa”. Prometem grandes luxos, recebem adiantado e depois, passados alguns anos, os outros que paguem a factura!

3. Não fosse este o caminho desastroso adoptado pelo Governo e estas vias já poderiam ter sido feitas à custa do Orça-

mento de Estado, como tantas outras no País e não à custa das gerações futuras. Aliás, a construção do IC 3 e conclusão do IC 8 já estiveram inscritas em PIDDAC e o governo socialista retirou-as.

Na visão dos Socialistas, depois de tantos anos à espera, as populações do Interior e Norte do Distrito de Leiria ainda seriam penalizadas com uma auto-estrada com portagem.

4. Será que o Presidente da Federação e adjunto do Governador Civil do Distrito de Leiria não sabe que o Governo já pediu aos concorrentes da concessão do Pinhal Interior para reduzir o perfil da estrada para uma velocidade de 100 km/hora para assim baixar os custos de 1.400 milhões de Euros para 700 milhões?

Talvez ignore, como tem sido a prática nos últimos quatro anos, mas agora que despertou para os interesses das populações seria oportuno questionar o primeiro-ministro e repudiar a política do Governo, uma vez que José Sócrates vem a Leiria nestes dias, sobre este tema

e tantos outros que preocupam as populações do Distrito:

- O que pensa o Secretário-geral do PS sobre o aumento exorbitante do número de insolvências no Distrito, só no primeiro semestre deste ano mais de uma centena de empresas fecharam as portas?

- O que diz o primeiro-ministro ao número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego que só na região já ultrapassam os vinte mil, valores nunca atingidos e que fazem da promessa socialista de criação de 150.000 postos de trabalho, mais um acto de ilusionismo político?

- Que opinião terá o governo socialista da aplicação dos fundos do actual Quadro Comunitário (QREN), em vigor desde 1 de Janeiro de 2007 e passados dois anos e meio o País conhece apenas uma taxa de execução próxima de 5%? Será que estas verbas não seriam fundamentais para combater a crise, o como explicam a dimensão dos atrasos registados?

- O que dirá o adjunto do Governador Civil do distrito de Leiria ao Eng.º José Sócrates sobre a realidade do Distrito de Leiria, são apenas os casos de sucesso, é uma visão “cor-de-rosa” ou é um cenário cada vez mais cinzento da política espectáculo e do compadrio que pelos vistos os candidatos socialistas à Câmara de Leiria e em outros concelhos tanto gostam de insinuar?

5. Aos dirigentes políticos e responsáveis públicos não basta apenas enunciar mais promessas ou formular acusações sem sentido, é preciso realizar projectos concretos e realistas, e esse é o convite que formulamos ao presidente da Federação do PS que ao invés de falar tanto, trabalhasse mais em prol desta região e confrontasse o primeiro-ministro com problemas reais e que deveriam conhecer uma resposta urgente por parte do Governo. - CPD/Leiria

“Faro com Macário” revela plano de distribuição de pelouros

Depois de apresentada a composição da lista candidata à Câmara Municipal, a coligação “Faro com Macário” vem agora tornar pública o plano de distribuição definitiva dos principais pelouros pelos vereadores a eleger no sufrágio de 11 de Outubro. Trata-se de uma lista elaborada em função dos méritos técnicos dos escolhidos, onde imperam a experiência comprovada nas áreas a prover, composta por individualidades que se vêm destacando nas mais diversas áreas da Sociedade

Civil. Como resultado, cremos apresentar um projecto sólido, assente numa equipa dinâmica, jovem, com capacidade de liderança e know-how técnico indiscutível:

1. Assim, a lista será encabeçada pelo Eng.º José Macário Correia, que ficará com os pelouros da Gestão Urbânica, Segurança e Protecção Civil.

2. Para o número dois da lista, e candidato a Vice-Presidente, Prof. Rogério Bacalhau Coelho, estão reservadas as áreas da Educação, Recursos Humanos

e Finanças. É actualmente Director da Escola Secundária Pinheiro e Rosa e membro do Conselho Municipal de Educação e do Conselho das Escolas. Licenciou-se em 1987 em Matemática / Ramo Educacional, na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

3. A Arq.ª Teresa Correia terá a seu cargo os pelouros do Planeamento Urbano, Infraestruturas e Equipamentos. É Licenciada pela Faculdade de Arquitect-

tura da Universidade Técnica de Lisboa e frequentou o mestrado em Gestão Empresarial. É responsável por um renomado atelier e tem larga experiência acumulada na elaboração de projectos de edifícios, planos de pormenor e loteamentos para muitos concelhos do país.

4. A Dr.ª Alexandra Rodrigues Gonçalves ficará com a Cultura, Acção Social, Economia e Turismo. É docente da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve,



ex-assessora do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo. É licenciada em Marketing, mestre em Gestão do Património Cultural e doutoranda em



Turismo. De resto, apresenta um vasto portefólio de trabalhos científicos nestas áreas.

5. Paulo Santos: Desporto, Juventude e Sistemas de Informação. Aos 33 anos, é director comercial de uma conhecida empresa de tecnologias da informação e vereador eleito da Câmara Municipal de Faro nos dois últimos mandatos. Nestas funções, granjeou o reconhecimento público do seu mérito por parte de uma série de associações e agremiações desportivas. É ainda vice-presidente da ACRAL.

É pois, com confiança que a coligação se apresenta agora ao escrutínio dos Farenenses. Como sempre, em Democracia, são os cidadãos que têm a palavra. Nesta circunstância, cabe-lhes escolher entre a manutenção do actual estado de coisas ou apostar definitivamente na afirmação de Faro enquanto Capital Regional Europeia, com uma gestão mais dinâmica, transparente e solidária.

Freguesia da Conceição apoia "Faro com Macário"

Na freguesia da Conceição de Faro, no restaurante Bela Salema, juntaram-se no passado sábado mais de 150 pessoas, para ouvir os candidatos à Câmara Municipal e Junta de Freguesia da Conceição, Macário Correia e Nuno Farias, respectivamente.

Os convivas mostraram-se preocupados porque não há creches, é preciso um



centro de dia e muitos não têm esgotos nem água potável. Na sua intervenção, Nuno Farias alertou para estas questões e apontou a sua resolução como única forma de "conseguir fixar população jovem na Freguesia da Conceição". E reafirmou: "com Macário Correia, a

nossa freguesia vai ter finalmente resposta às suas reivindicações".

Para Macário, é tudo uma questão de "fazer melhor, com mais eficácia e dinâmica". E as freguesias exigem que assim seja, porque 10.000 habitantes não têm água de rede e 15.000 não têm esgotos;

porque abundam as barracas e os bairros de lata; porque não há espaços verdes e as entradas são pobres. Razões mais que suficientes, de acordo com o candidato, para que se faça o que designou de "planeamento no espaço e no tempo".

No espaço, porque é notório que a gestão de Faro não tem tido sequer um vislumbre do que uma capital regional necessita em matéria de ordenamento do território e reconversão de espaços públicos; e no tempo, porque tudo o que se faz é avulso e desgarrado de uma visão de médio e longo prazo. Resumindo, "falta estratégia e ritmo" para que as coisas apareçam feitas com cabeça tronco e membros.

Macário Correia deixou ainda uma palavra para aqueles que se habituaram a reclamar mas que, na hora de expressarem o seu sentido de voto, se esquecem, ou não estão presentes, ou não têm quem os leve: "vão votar. Votem em quem quiserem, mas votem. As maiorias têm que ser construídas com o voto de todos os cidadãos e não com os votos de apenas metade, como tem acontecido com os últimos executivos municipais em Faro".

Os Farenenses não podem esperar mais!
- Gab. Candidatura



Aprovada a lista de candidatos às legislativas, liderada por Aguiar Branco

O PSD/Porto aprovou quinta-feira a proposta de lista de 39 candidatos nas próximas eleições legislativas, liderada pelo deputado e vice-presidente do partido José Pedro Aguiar Branco.

Em comunicado, a distrital portuense esclarece que a lista foi aprovada com 29 votos a favor e um contra.

Fora da lista proposta pela distrital, que será avaliada e quase de certeza alterada pela direcção de Manuela Ferreira Leite, ficam os actuais deputados Jorge Neto, Freire Antunes e Montalvão Machado. O deputado e porta-voz nacional da Educação, Pedro Duarte, não consta também da lista proposta pelo Porto, mas fonte da distrital admite que deverá integrar a lista definitiva por decisão da direcção nacional.

A lista encabeçada por Aguiar Branco - seguido do também deputado Agostinho Branquinho - "cumpriu integralmente as orientações da Comissão Política Nacional que apelava para que as distritais renovassem, rejuvenescessem e lançassem novos quadros para as listas de Deputados", pode ler-se no comunicado.

Assim, dos 16 deputados que integravam a anterior lista, "só cinco serão mantidos", sendo que 14 dos 39 nomes da lista aprovada na quinta-feria são mulheres.

Além disso, prossegue o comunicado, 15 dos 39 candidatos têm menos de 35 anos e 29 "nunca foram indicados para a função de deputado".

O elenco de candidatos do PSD/Porto respeita ainda a "representatividade territorial", já que "entre os primeiros 20 lugares, quatro são do Vale do Sousa, dois do Vale do Ave e igual número do Vale do Tâmega e os restantes pertencem à Área Metropolitana do Porto".

A proposta da distrital presidida por Marco António Costa será agora enviada à Comissão Política Nacional do partido e posteriormente submetida ao Conselho Nacional (o órgão máximo entre congressos) para aprovação. - Fonte: Lusa

Parque finalmente da cidade e sem construções

O Presidente da Câmara Municipal do Porto hoje os contornos do acordo extrajudicial e definitivo, que acaba de ser firmado através de contratos-promessa com os proprietários das parcelas dos terrenos situados no Parque da Cidade, o que fará com que este espaço nobre da cidade fique na sua totalidade na posse do município e a salvo de construções no seu interior.

Os princípios e objectivos deste convénio continuam válidos relativamente ao protocolo de Janeiro deste ano, o qual, entretanto, havia caducado por vicissitudes do próprio mercado.

A consecução do acordo, que resolve de uma vez por todas o litígio judicial referente a 11 acções que, desde 1996, corriam em tribunal contra a Câmara,



está, agora, apenas formalmente dependente de aprovação em sede de Executivo e Assembleia Municipal, que terá lugar no próximo dia 23, carecendo também da respectiva ratificação por parte do Tribunal de Contas.

Recorde-se que o protocolo de entendimento já se arrastava desde Janeiro, não tendo sido possível fechá-lo mais cedo pelo facto de os proprietários dessas parcelas não terem encontrado no mercado compradores para os terrenos que a CMP se propunha permutar - evitando assim o pagamento em numerário - o que só agora foi possível concretizar.

Hasta pública como forma de recuperar a valorização dos terrenos

Dado o contexto actual de retracção do mercado imobiliário, alguns terrenos que a CMP pretendia permutar registaram, entretanto, um valor inferior ao que, no início do ano, havia sido acordado segundo a avaliação do próprio município.

Assim, segundo Rui Rio, a CMP actuará pelo seguro, ou seja, contratando desde já, a alienação dos terrenos pelos valores actuais de mercado, ficando com a prerrogativa de os submeter a hasta pública de forma a poder obter uma maior valorização, defendendo deste modo o interesse público.

Por outras palavras, a Câmara vai procurar, em hasta pública, comprador por preço superior àquele que desde já assegurou, tentando vender pelo preço constante da sua avaliação inicial de 2008 e para a qual não foi encontrado comprador no mercado, por parte dos donos das parcelas em causa.

O que permite este acordo

Com a formalização deste acordo extrajudicial, a Câmara Municipal do Porto consegue, desde já, ficar na posse da totalidade do Parque da Cidade, pondo fim, igualmente, a todas as acções judiciais interpostas contra o Município.

Por consequência, salvaguardar-se-á a construção urbana no interior do Parque, como desde sempre foi garantido e assumido por Rui Rio, que na conferência de imprensa de hoje se encontrava acompanhado pela Directora Municipal de Jurídico e Contencioso, Manuela Gomes, e pelo Director Municipal de Finanças e Património, José Branco.

O autarca destacou ainda que o preço a pagar pelos terrenos à luz do presente acordo é exactamente o mesmo que estava definido em Janeiro, ou seja, 43,8 milhões de euros. Este preço é 125,2 milhões de euros mais baixo do que o reclamado nas acções judiciais pelos proprietários dos terrenos do parque, que estão a pedir 169 milhões.

"Se as parcelas que ainda estão sob litígio forem avaliadas pelo preço pelo qual a juíza do Tribunal da Relação do Porto já avaliou uma dessas parcelas em relação à qual até já produziu sentença, este preço é 12,6 milhões de euros mais baixo", salientou o Presidente da CMP. - Fonte: CMP



JMP envia carta a Durão Barroso a denunciar desvios de verbas do QREN

O Presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Rui Rio, enviou uma carta ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, solicitando que tome providências necessárias para que se evite "o contínuo desvio de verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)" pelo Governo e, que, "apesar de estarem destinadas ao desenvolvimento das regiões mais pobres de Portugal, estão a ser, mais uma vez, aplicadas onde são menos necessárias".

A carta vem na sequência da denúncia feita pela JMP e posterior queixa em Bru-

xelas da norma de excepção inscrita pelo Governo na regulamentação do QREN, que permite que verbas destinadas às regiões de convergência (por exemplo, a Região Norte) para projectos de Lisboa e Vale do Tejo, desde que se conclua que estes têm um importante efeito de difusão pelo território nacional ("spill over effect").

"Os pareceres que suportam a acção da JMP, elaborados pelos professores Gomes Canotilho e Manuel Porto, são inequívocos: a situação em causa configura uma violação grave do direito comunitário. Apesar da discordância absoluta, esperávamos do Governo algum decoro e moderação na aplicação desta excepção", pode ler-se na carta enviada ao Presidente da Comissão Europeia.

Rui Rio deixou uma garantia: "Esta é uma matéria que a Junta não vai largar porque é um tema decisivo. Não é minimamente aceitável que verbas destinadas a regiões que estão mais atrasadas continuem a ser aplicadas nas que menos precisam. Ou então, acabamos com as regiões de convergência e com a hipocrisia e colocamos todo o dinheiro num sítio só. Pelo menos, era mais transparente".

Autoridade Metropolitana de Transportes: Junta quer total esclarecimento sobre financiamento

O Presidente da JMP criticou a Secretária de Estado dos Transportes, relativamente à Autoridade Metropolitana de Transportes. Rui Rio reafirmou que, apesar das "nomeações políticas" feitas para aquele órgão em vésperas de eleições, continua por clarificar o seu modelo de financiamento. E lembrou, a propósito, que a mesma Secretária de Estado tem, desde 27 de Julho de 2007, uma carta onde se pede um esclarecimento cabal sobre este assunto.

"Nunca deu resposta e, ao fim de dois anos, o Governo decreta um corte de cerca de 40% na verba que transfere para a AMP, que até já era exíguo. Como pode a Junta assinar um documento onde não está clarificado como tem de pagar?", interroga-se Rui Rio, revelando que esta posição foi votada por unanimidade na anterior reunião da JMP, acrescentando: "Se a Junta já não tinha orçamento, se tem um orçamento inferior a dois milhões de euros, como é que podemos assinar algo onde não está perfeitamente clarificado quanto temos de pagar e como será no futuro?".

Metro do Porto: Só Linha de Gondomar está no terreno

Relativamente ao Metro, Rui Rio garantiu que, da deliberação de Dezembro do Conselho de Administração, a única linha que está a ser construída é



a ligação a Gondomar (primeira parte). Já a da Trofa, que deveria ter arrancado em Março, está atrasada. Por outro lado, até ao fim de Setembro espera-se que seja lançado um grande concurso que integrará as linhas para a segunda fase do Metro no Porto.

Delegação do BE recebida pela JMP

Uma delegação do Bloco de Esquerda, chefiada pelo deputado João Semedo, foi hoje recebida na JMP, tendo sido debatida todas as temáticas ligadas à Área Metropolitana, com especial enfoque sobre o futuro do Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Este encontro insere-se na proposta da JMP em querer debater com



todos os partidos com assento parlamentar assuntos relativos à AMP, tendo para o efeito sido enviada uma carta aos líderes partidários. Até ao momento, Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP) responderam afirmativamente ao repto.

Relativamente ao BE, Rui Rio sublinhou que “há convergência com a posição da Junta, nomeadamente na ideia de que não é aceitável privatizar a ANA e colocar o Aeroporto Francisco Sá Carneiro totalmente condicionado à lógica do novo aeroporto de Lisboa, sob a égide de um monopólio privado. Tal como a Junta, o Bloco também defende que, havendo privatização, o melhor modelo será o de uma gestão autónoma”.

- Fonte: JMP

Notícias dos Açores

Mota Amaral novamente cabeça de lista do PSD pelo círculo eleitoral do Arquipélago

O primeiro presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, foi - na semana passada - apresentado como cabeça de lista do PSD pelo círculo eleitoral do Arquipélago às eleições legislativas de 27 de Setembro.

O anúncio foi feito por Berta Cabral, presidente do PSD/Açores, no final da reunião da Comissão Política Regional do partido, acrescentando que Joaquim Ponte será o segundo da lista.

Para Berta Cabral, esta escolha justifica-se pelo “trabalho proveitoso” que os dois deputados têm realizado no parlamento nacional, onde “são referências incontornáveis na defesa dos interesses açorianos”.

Mota Amaral e Joaquim Ponte tinham ocupado as mesmas posições na lista social-democrata pelos Açores nas anteriores eleições legislativas.

“A Região precisa de continuar a contar com a sua experiência, por isso, o PSD recandidata os seus dois actuais deputados”, frisou.

Berta Cabral divulgou ainda os restantes nomes que integram a lista de candidatos do PSD pelo círculo dos Açores, onde surge em terceiro lugar Lídia Bulcão, proposta do PSD do Faial.

Para a líder regional do PSD, apesar dos dois primeiros nomes serem os mesmos de há quatro anos, a lista para as próximas legislativas apresenta uma renovação de “80 por cento”.

Com a divulgação do cabeça de lista do PSD, ficam conhecidos os primeiros nomes das listas dos principais partidos políticos pelo círculo eleitoral dos Açores, faltando apenas saber quem será o candidato que vai liderar a lista do Bloco de Esquerda.

Além do PSD, com Mota Amaral, também o PS vai repetir o mesmo cabeça de lista das anteriores legislativas, Ricardo Rodrigues, que é um dos vice-presidentes da bancada parlamentar socialista na



Assembleia da República.

O CDS/PP anunciou hoje que a sua lista pelos Açores será encabeçada por António Félix Rodrigues, vice-presidente da Comissão Directiva Regional, enquanto a CDU já tinha revelado que o seu cabeça de lista será Aníbal Pires, que é o coordenador dos comunistas do Arquipélago.

Governo do PSD é “bom para Portugal e melhor para os Açores”

A líder do PSD/Açores defendeu hoje que um governo da República social-democrata vai ser “bom para Portugal e melhor para os Açores” e considerou que os açorianos “não têm uma única razão para votarem no PS” nas próximas eleições legislativas nacionais.

“Os açorianos, como os portugueses em geral, não têm uma única razão para votarem no PS e suportarem mais quatro anos de um governo de Sócrates. Pelo contrário, têm todas as razões para quererem mudar. Um futuro governo liderado por Manuela Ferreira Leite é bom para Portugal e melhor para os Açores”,

afirmou Berta Cabral, numa conferência de imprensa em que anunciou a lista de candidatos à Assembleia da República.

A líder social-democrata salientou que Portugal atravessa um “momento decisivo de viragem política” e que “a situação do país e a governação do PS impõem uma vitória do PSD” nas eleições de 27 de Setembro.

Berta Cabral sublinhou que o país “não precisa de um governo autista, arrogante, espalhafatoso e inconsequente”, mas sim de um executivo “com humildade, determinação, competência e eficácia, para manter o que está bem, para melhorar o que está mal e, sobretudo, para fazer o que faz falta”.

“Um mau governo para Portugal é também um mau governo para os Açores”, frisou.

A presidente do PSD/Açores anunciou que Mota Amaral vai encabeçar a lista social-democrata nas eleições legislativas nacionais, seguido de Joaquim Ponte.

“Os Açores têm razões para se orgulhar do trabalho proveitoso que está a ser realizado pelos deputados açorianos do PSD no parlamento nacional. Mota Amaral e Joaquim Ponte são referências

incontornáveis na defesa nacional dos interesses açorianos. Por isso, o PSD recandidata os seus dois actuais deputados”, afirmou.

Na lista do PSD/Açores seguem-se os nomes de Lídia Bulcão (Faial), Cláudio Lopes (Pico), Wilson Ávila (São Jorge), Fátima Costa Dias, (São Miguel), Sandra Bessa (Terceira), José Maria Bairos, (Santa Maria), José Gregório Sousa, (Graciosa) e Teresa Almeida Lima (São Miguel).

Para a líder social-democrata, trata-se de um “conjunto de candidatos novos, promissores, diversificados e representativos”, que garantem uma “renovação de 80 por cento” na lista do PSD à Assembleia da República pelo círculo eleitoral dos Açores.

Berta Cabral acrescentou que os social-democratas açorianos asseguraram um lugar na lista pelo círculo de Fora da Europa, que vai ser ocupado por Rosa Simas.

“O PSD/Açores, desta vez, conseguiu um lugar na lista para a Assembleia da República pelo círculo de Fora da Europa, a que somos especialmente sensíveis por via da nossa estreita ligação com as comunidades açorianas dos Estados Unidos da América e do Canadá”, salientou.



PSD desafia governo a adaptar lei que regula Inscrição Marítima

O PSD/Açores desafiou hoje o governo a adaptar com “urgência” à Região a lei nacional que regula a Inscrição Marítima, alegando que, actualmente, mais de 500 pescadores açorianos não têm cédula profissional.

“O governo deve ser desafiado a tomar a iniciativa, de forma a podermos legislar, na sessão de Setembro, sobre a adaptação da lei que regula a Inscrição Marítima e as alterações ao FUNDO-PESCA”, afirmou o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, no final de uma reunião com dirigentes da Federação das Pescas dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores salientou que deve ser o executivo a “tomar a iniciativa de legislar”, de forma a que seja alcançado um “consenso” entre todos os partidos nestas matérias.

José Manuel Bolieiro garantiu que, se o governo regional não apresentar propostas nesse sentido até Setembro, “o PSD tomará a iniciativa de apresentar decretos legislativos para satisfazer as necessidades urgentes dos pescadores”.

“Neste momento há cerca de meio milhar de pescadores sem cédula profissional. Não faz sentido”, considerou.

O deputado social-democrata referiu, ainda, que o PSD/Açores “sempre defendeu” alterações ao FUNDO-PESCA, no sentido de assegurar que a compensação salarial para os pescadores em caso de mau tempo seja igual ao salário mínimo regional.

“Avanços e recuos” do governo “prejudicam” alunos

O grupo parlamentar do PSD/Açores considerou hoje que os “sucessivos avanços e recuos” do governo regional na política educativa “prejudicam” a escola pública, os alunos e as famílias, e são um “sinal de desnorte” do PS.

“Perante tantos avanços e recuos, num ziguezague permanente, sai prejudicada a escola pública, os alunos, as famílias e os professores, obrigados que estão a viver e a trabalhar numa permanente instabilidade que em nada concorre para a estabilidade educativa, entendida aqui como condição essencial para o sucesso



educativo”, afirmaram, em comunicado, os deputados social-democratas.

Para os parlamentares do PSD/Açores, o “recuo” do governo regional relativamente à decisão inicial das faltas por doença prolongada dadas pelos professores contarem para a avaliação “é mais um sinal de desnorte e de falta de convicção política do actual poder socialista”.

Os deputados social-democratas recordaram os “sucessivos alertas” e as propostas que fizeram sobre a matéria, no sentido de garantir que as faltas dadas por doença ou assistência a familiares doentes não prejudicavam a avaliação dos docentes, mas o governo regional e o PS “preferiram persistir no erro”.

Para o grupo parlamentar do PSD/Açores, o “recuo” do executivo nesta matéria “põe em causa a credibilidade” da secretária regional da Educação e do grupo parlamentar do PS, “que tão afincadamente defendeu o indefensável”.

“Perante tudo isto, sai também dimi-

nuída a credibilidade do presidente do governo, dado que tem permitido e permitiu uma vez mais em Junho aquilo que em Julho deixou cair por terra”, afirmaram.

Maria do Céu Patrão Neves nas Comissões das Pescas e da Agricultura do PE



A eurodeputada Maria do Céu Patrão Neves, eleita pelo PSD em representação dos Açores, foi nomeada para as Comissões das Pescas e da Agricultura do Parlamento Europeu.

Tendo tomado posse como eurodeputada durante o dia de ontem, Patrão Neves viu o seu nome integrar ambas as comissões, uma situação que realçou ser “fruto de um trabalho árduo nas negociações do PSD com os responsáveis europeus e que se reveste de grandes responsabilidades face aos novos desafios que ambas as áreas enfrentam em regiões como os Açores”, realçou.

Antevendo “uma tarefa complexa”, Patrão Neves assume que terá “um trabalho relevante e de grande dedicação” no Parlamento Europeu, assim como “levar os interesses dos açorianos à mais alta entidade da união” é uma das prioridades para a sua actuação como eurodeputada.

António Ventura alerta para “esvaziamento” estratégico da Terceira

O candidato à presidência da câmara de Angra do Heroísmo pelo PSD, António Ventura, no fim da semana passada, referiu-se à “sentida preocupação com o esvaziamento estratégico e político de que vai padecendo a Terceira, uma queixa que é corrente em diversos sectores e locais da ilha, que alertam para situações encapotadas que retiram à Terceira a sua importância”, explicou.

O social-democrata falava após uma reunião com a Associação Amigos da Terceira, onde destacou que “a ilha perde instituições públicas, perde empregos, como consequência perde jovens”, e assim “o envelhecimento da população é uma realidade e o desenvolvimento local perde velocidade”, lamentou.

No encontro com aquela associação, que tem encarnado as preocupações da sociedade civil, foram tratados diversos assuntos e reivindicações com relevância para a ilha, casos da construção do novo hospital, da permanência de um avião da SATA na Terceira, de melhores ligações da ilha com o exterior, do serviço de transportes marítimos, da crescente preocupação com as térmitas ou do “esvaziamento de poderes em geral que se vai verificando”.

Segundo António Ventura “é grave a incapacidade da edilidade angrense em lutar contra essas adversidades”, pois “tudo o que se passa no concelho tem a ver com a autarquia”, e a ela cabem “todos os esforços para contrariar a saída de importantes recursos do seu espaço geográfico”, assim como “deve ser a câmara a debater com as diversas formas de poder a defesa dos interesses do concelho, de forma independente e sem baixar os braços o que, infelizmente, não se tem visto”, concluiu.- Gab. Imp. PSD/Açores



Conselho Nacional dos TSD

Prioridade absoluta às pequenas, médias e micro empresas

Os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) querem que um Governo PSD dê prioridade absoluta ao apoio às pequenas, médias e micro empresas e mantenha nos próximos anos os aumentos acordados em relação ao salário mínimo nacional.

Estas posições foram aprovadas na reunião de Domingo do Conselho Nacional dos TSD, na qual também foram indicados nomes de dirigentes desta estrutura que deverão fazer parte das listas do PSD concorrentes às próximas eleições legislativas.

No final da reunião, o secretário-geral dos TSD, Arménio Santos, recusou-se a divulgar quais os nomes da sua estrutura que foram propostos às diferentes comissões políticas distritais do partido, mas adiantou que os trabalhadores sociais-democratas indicaram candidatas “para todos os círculos eleitorais” do país.

Na actual legislatura, Arménio Santos é o único deputado dos TSD com lugar na Assembleia da República.

Em declarações aos jornalistas, o secretário-geral dos TSD afirmou esperar que a primeira medida emblemática de um Governo liderado por Manuela Ferreira Leite se destinasse “às pequenas e micro empresas em benefício da criação de emprego”.

“Não tenho nenhuma medida objectiva para apontar, mas gostava que essa primeira medida fosse dirigida às pequenas, médias e micro empresas e que se traduzisse imediatamente na manutenção de postos trabalho e na criação de novos empregos”, afirmou.

Interrogado se os TSD defendem que o próximo Governo deverá manter o acordado em concertação social para o aumento gradual do salário mínimo nacional, Arménio Santos deu uma resposta curta mas incisiva: “claramente”.

“Para nós, a manutenção do acordo sobre o salário mínimo não se discute”, disse.

Já sobre a expressão utilizada por Manuela Ferreira Leite, durante um jantar do Grupo Parlamentar do PSD, de que rasgaria as políticas sociais do actual Governo, Arménio Santos relativizou as palavras da sua líder.

“Essa expressão tem de ser vista dentro de um contexto determinado. Trata-se de uma força de expressão. Tem que se relativizar as coisas e não dramatizá-las”, advogou o secretário-geral dos TSD.

“Muitas das políticas que têm sido adoptadas pelo actual Governo, infelizmente, não têm possuído qualquer eficácia. Este Governo tem anunciado um caudal de medidas, no valor de muitos milhares de milhões de euros, mas as empresas, os trabalhadores e as famílias sabem que os resultados são zero”, contrapôs.

Segundo Arménio Santos, “a situação económica e social do país continua a ser extremamente complicada”.

“Ao contrário do discurso oficial, os indicadores do desemprego são alarmantes, os salários continuam a degradar-se, as desigualdades sociais acentuam-se, e os problemas dos jovens, das famílias e das empresas são cada vez mais graves. É preciso mudar de práticas políticas após o próximo combate eleitoral”, declarou o líder dos TSD.

Para o secretário-geral dos TSD, os portugueses vão ter de escolher “entre o projecto que esteve quatro anos e meio a degradar as condições de vida dos portugueses e outro que seja uma alternativa credível para relançar o país num novo ciclo de progresso e desenvolvimento social”. - Fonte: Lusa

Texto integral do comunicado final

«Os Portugueses exigem Mudança»

O Conselho Nacional dos TSD, reunido em Lisboa, analisou a situação económica e social do país e concluiu que não é com os actuais rostos nem com as actuais políticas que Portugal reencontra os caminhos da confiança para vencer a crise e arrancar para um novo ciclo de crescimento económico e social.



eleitoral, porque “não é do pé-prá-mão” nem por magia que uma pessoa muda tão profundamente.

Os trabalhadores portugueses conhecem bem o Primeiro-Ministro e a sua governação neo-liberal, com resultados concretos:

- 600 mil desempregados, mais 200 mil do que quando chegou ao governo;
- menos poder de compra dos salários e das pensões;
- mais pobreza e mais exclusão social;
- maiores desigualdades sociais entre os portugueses;
- mais trabalho precário e sem direitos sociais;
- mais impostos e maiores sacrifícios para as famílias e para as micro, pequenas e médias empresas;
- mais dificuldades para os jovens entrarem no mercado de trabalho e organizarem a sua vida e a sua família;
- menos concertação social e menos importância dos parceiros sociais;
- atacou os funcionários públicos, fragilizou a Administração Pública e não fez a sua Reforma;
- e, de um modo geral, a sua governação foi marcada por uma prática em que o trabalhador aparecia normalmente como o “mau da fita” e os poderosos como os “bons”.

Estes são os resultados concretos do governo dito socialista e de esquerda. Nunca antes houve um governo tão anti-social.

É neste quadro que os TSD, certos de interpretarem o sentimento da maioria dos trabalhadores portugueses, esperam uma mudança de políticas e da prática governativa, capaz de devolver a esperança, a ética e o rigor à política e de apoiar a economia real para criar emprego e riqueza em ordem a ser distribuída com justiça.

2. Os TSD aprovaram também um documento contendo os seus contributos para o Programa Eleitoral do PSD, centrado nas três áreas principais da sua acção política e laboral – Economia e Emprego, Educação e Saúde.

Este documento já foi entregue à Direcção Nacional do PSD.

3. Finalmente, o Conselho Nacional ratificou os nomes apresentados às Comissões Políticas Distritais respectivas e à Comissão Política Nacional, para poderem integrar as listas do PSD à Assembleia da República. - 18 de Julho de 2009, o Presidente da Mesa do Conselho Nacional dos TSD



Conselho Nacional da JSD, em Cascais



O Conselho Nacional da Juventude Social-Democrata (JSD), aprovou, em Cascais, um documento de orientação estratégica intitulado “10 caminhos para uma nova narrativa social” e acusou a JS de apenas pensar em lugares de deputados.

“Ao contrário da JS, que apenas se preocupa em aprovar nomes de candidatos a deputados e fazer com isso cavalo de batalha, a JSD preocupa-se em apresentar um modelo social alternativo para organização e crescimento económico e social do nosso país”, refere o documento de conclusões da reunião do Conselho Nacional dos jovens sociais-democratas.

No Conselho Nacional da JSD foi aprovada uma declaração que elenca um conjunto de princípios orientadores, num documento intitulado “10 caminhos para uma NOVA Narrativa Social”.

“A nossa geração aspira a um modelo de sociedade diferente, assente num novo quadro de valores. Os nossos pais e avós viveram num sistema societário assente na ética do sacrifício. Os nossos irmãos mais velhos viviam para o sucesso e para a competição egoísta. Os dois modelos fracassaram”, conclui a JSD

Nas próximas eleições legislativas, a JSD defenderá uma sociedade “baseada na cooperação, na competência, na igualdade de oportunidades, na autonomia das pessoas em vez da subordinação ao paternalismo do Estado e grandes corporações, e na responsabilidade em vez do laxismo”.

Neste contexto, o programa eleitoral que incidirá sobre as seguintes áreas estratégicas da educação, habitação, emprego, qualidade da democracia, solidariedade inter-geracional, “globalização do jovem português”, vida saudável e comportamentos de risco, cultura crítica democrática, coesão territorial e, finalmente, Estado, mercado e o “pilar social solidário”.

Do comunicado final

10 caminhos para uma nova narrativa social

O Princípio...

A nossa geração quer uma sociedade diferente, que assente num modelo distinto e num novo quadro de valores.

Os nossos pais e avós viveram num sistema societário assente numa ética de sacrifício. Os nossos irmãos mais velhos viviam para o sucesso e para a competição egoísta.

Os dois modelos fracassaram.

O dos nossos pais e avós porque o sacrifício não traz verdadeira felicidade e casta a autonomia das pessoas sob o jugo de um Estado paternalista ou de oligarquia corporativa auto-perpetuante.

No dos nossos irmãos mais velhos o egoísmo da suposta meritocracia, pervertida pelos abusos do mercado isolou uns, marginalizou outros, ampliando, assim, as desigualdades sociais.

Ambos conduziram a uma sociedade que, ainda que com crescimento económico, se mostrou desequilibrada, injusta e económica e socialmente sub-ótima.

A nossa geração aspira a uma sociedade diferente com uma outra narrativa social. O objectivo essencial é o bem-estar global, universal e inter-geracional, construído num regime de cooperação suportado simultaneamente em responsabilidade e autonomia.

A cooperação, a autonomia e a responsabilidade são estes os três vértices da Nova Narrativa Social.

A cooperação é um sistema de organização e interacção social e produção económica que se mostra capaz de juntar o melhor dos sistemas igualitários e de competição, permitindo, conforme já vários casos tem demonstrado, realizar uma sociedade com mais eficiência económica, justiça social, autonomia cívica e cultural.

A autonomia concretiza-se em igualdade de oportunidades, numa cultura crítica e democrática, uma democracia real e liberdade de iniciativa e de organização das pessoas e dos grupos.

A responsabilidade envolve deveres para o próprio e para com os outros, num equilíbrio permanente entre solidariedade e exigência.

O Meio...

À entrada de um ciclo eleitoral legislativo um programa eleitoral de um partido que aspira a ser governo, deve reflectir um determinado modelo de sociedade.

Aspiramos a que o do Partido reflecta esta Nova Narrativa Social.

A Justiça, a Saúde, a Segurança, a Política Externa, são algumas das áreas em que é mais importante ser traduzida esta Narrativa Social.

A JSD está particularmente atenta à tradução daquele vértice de valores nos seguintes domínios:

1. Educação.
2. Habitação.
3. Emprego.
4. Qualidade da Democracia.
5. Solidariedade inter-geracional.
6. Globalização do Jovem português.
7. Vida saudável e comportamentos de risco.
8. Cultura crítica e Democrática.
9. Coesão Territorial.
10. Triângulo Institucional: Estado, Mercado e o Pilar Social-Solidário.

A JSD propõe-se a apresentar aos portugueses um programa eleitoral, que seja construído em colaboração com os jovens portugueses de forma aberta e transparente, e que afirme uma Nova Narrativa Social nas 10 áreas mencionadas.- CN da JSD



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco de Oliveira, n.º 11 - A, apartado 196, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações;
 - 2 - Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral sob proposta da Comissão Política nos termos do artº 50º, alínea f) dos Estatutos do PSD.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6 - A, em Almada, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1- Informações;
 - 2- Parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais;
 - 3 - Análise da Situação Político-Partidária;

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carrazeda de Ansiães para reunir, no próximo dia 29 de Julho de 2009 (quarta-feira), pelas 21h30., na sede da Junta de Freguesia de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte,

- Ordem de trabalhos
- Ponto único – Eleições Autárquicas 2009 nos termos da alínea f) do n.º 2 do Artigo 50º dos Estatutos do PSD

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Maia para reunir, no próximo dia 28 de Julho de 2009 (terça-feira), pelas 21h00., no Auditório Venepor, sito na Rua Simão Bolívar - Maia, com a seguinte,

- Ordem de trabalhos
- 1 – Informações
 - 2 – Eleições Autárquicas e Legislativas
 - 3 – Análise da situação política

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, no próximo dia 27 de Julho de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 – r/c Dtº, com a seguinte,

- Ordem de trabalhos
- 1 – Informações
 - 2 – Eleições Autárquicas e Legislativas 2009
 - 3 – Análise da situação política local e nacional

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 30 de Julho de 2009 (quinta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1º Esq., com a seguinte,

- Ordem de trabalhos
- 1 – Informações
 - 2 – Parecer sobre as candidaturas aos órgãos da Autarquias Locais
 - 3 – Aprovação do Programa Eleitoral Autárquica
 - 4 – Análise da situação político-partidária

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Arganil, para reunirem no dia 29 de Julho de 2009, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos Delgado, n.º 3, Dtº, em Arganil, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
 - 3 – Análise da Situação Política;
 - 4 – Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Paulo Amaral)

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Mira, para reunirem no dia 29 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede de Campanha, sita na Avenida 25 de Abril, em Mira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
 - 3 – Análise da Situação Política;
 - 4 – Debate e preparação do programa da JSD Mira para as eleições;
 - 5 - Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(António Ferreira)

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Figueira da Foz, para reunirem no dia 29 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede do PSD/Figueira da Foz, sita na Rua da Liberdade, n.º 6, na Figueira da Foz, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Municipais;
 - 3 – Análise da Situação Política;
 - 4 - Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(José Carlos Guedes dos Santos S.)

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 1 de Agosto de 2009 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da Situação Política Actual;
 - 3 - Indicação dos candidatos da JSD a integrar as listas aos Órgãos Autárquicos nos Concelhos do Distrito de Coimbra;
 - 4 – Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa do Plenário Distrital
(Filipe Carraco dos Reis)

SECÇÃO ORIENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o Plenário de Secção Oriental de Lisboa, para o próximo dia 30 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede do PSD Oriental de Lisboa, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21 A s/c, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Aprovação da Lista de Candidatos da JSD (a integrar as listas autárquicas 2009 do PSD Oriental de Lisboa) proposta pela CPS;
 - 3 – Análise da Situação Político-Partidária.
- O Presidente da Mesa do Plenário da JSD Oriental de Lisboa
(Paulo Pereira)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção do Porto da JSD, para uma reunião no dia 29 de Julho de 2009, pelas 21h30, na Sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política actual;
 - 2 – Cumprimento do preceituado nas alíneas b) e c) do art.95º dos Estatutos Nacionais da JSD.
- A Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Isabel Pinho)